

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONOMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CRECHES DOMICILIARES - A CASA ESCOLA,
COTIDIANO E SUAS RELAÇÕES

Aprovado Pelo DSS
Em 13/12/94

Catarina Maria Schmickler

Catarina Maria Schmickler
Sub-Chefe do Depto. de Serv. Social
CSE-UFSC

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social para a obtenção do
Título de Assistente social pela
acadêmica:

Verônica Tchivela Pedro

Florianópolis (SC), novembro de 1994.

INVERSO DA VIDA

E triste
mas o triste
de um ser triste
é a tristeza de não
saber onde morar
é a tristeza de não
saber de que sorrir
é a tristeza de
viver na ignorância da vida
É a tristeza de
um abraço fechado
no sorriso do orgulhoso
mas o triste, de um ser triste
É a tristeza, amigo
de morar no inverso
de seu universo
onde o desespero é o jogo
e resta somente
o caos para escalar

Venônica T. Pedro.

"A melhor maneira de ser grande
é fazer se entender pelos pequenos"

"Com gratidão em especial aos
meus pais João e Emilia.

Pelo amor, incentivo, apoio
e dedicação que me deram em
toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Clésio e ao Aguinaldo que com seu amor, carinho e estímulo me incentivaram nesta conquista sem medir esforços.

A minha Família, especialmente aos meus irmãos embora distantes dedicaram seu carinho e incentivo para que eu chegasse até aqui.

A Professora Regina Célia pela orientação de forma muito calorosa a este trabalho.

A Marla e Elimary, pela supervisão direta e indireta que nos deu durante o estágio e pela sua amizade.

A todas as crecheiras, pela oportunidade dada, de realizarmos este estágio, pelo apoio, compreensão e amizade surgida no decorrer desta experiência.

A Leida, Anasthasie e Brasilina pelo apoio, amizade que cresceram durante o curso.

A Ondina, Ester e todos os professores que muito contribuíram na minha carreira estudantil.

A todos os estudantes Africanos pelo grande companheirismo familiar.

A D. Salete minha 2. mãe pelo carinho e atenção dispensada.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a nossa formação profissional.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	07
------------------	----

CAPITULO I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR	12
1. Introdução	12
2. A Pré-escola	17
2.1. Concepções de Pré-escola	19
2.2. Trajetória do atendimento pré-escolar no Brasil e suas propostas	22

CAPITULO II

O SURGIMENTO DAS CRECHES DOMICILIARES	31
1. Introdução	31
2. O projeto creche domiciliar em Santa Catarina	36

CAPITULO III

COTIDIANO DAS CRECHES DOMICILIARES	45
1. Considerações metodológicas	45

2. Algumas características das creches domiciliares	48
3. As relações centrais do atendimento a criança	54
3.1. Relação da crecheira com família natural	55
3.2. Relação da crecheira com a criança	58
3.3. Relação da crecheira com sua família	66
4. Creches domiciliares nem casa nem escola	70
CONCLUSÃO	75
BIBLIOGRAFIA	79
ANEXOS	83
Questionário	84
Relatório seguido de Entrevista	86
Relatório de Prática	91

INTRODUÇÃO

Em todos os setores da vida, encontramos problemas de relações humanas: no serviço social, na administração de Empresas, na Educação, na família, nos partidos políticos, etc. O estudo das relações humanas constitui, hoje, verdadeira ciência, complementada por uma arte - a de obter e conservar a cooperação e a confiança dos membros do grupo.

Segundo Weil (1971, pp 15), "os problemas de relações humanas se encontram nas relações do indivíduo com o grupo, dos indivíduos entre si, do grupo com outros grupos. Onde se encontram dois indivíduos, há problema de relações humanas".

É mera ilusão pensar que vida em grupo consiste, simplesmente em juntar indivíduos que desejam atingir um mesmo objetivo. A formação de um grupo para realizar trabalho coletivo obedece a leis, que determinam regras a serem seguidas, que quando contrariadas, levam em geral ao fracasso total ou parcial.

O presente trabalho pretende, inicialmente, abordar alguns aspectos referentes à educação pré-escolar, direcionado ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, que tem ficado a mercê de programas esporádicos e fragmentados. Fornecer ao leitor indicações, embora superficiais, sobre os diferentes tipos de pro-

blemas que a Pré-escola vem apresentando, segundo afirmam alguns autores que realizaram suas pesquisas nessa área, nos últimos 50 anos.

Dentro desse quadro situa-se a análise que pretendemos fazer, sobre o atendimento da criança de 0 a 6 anos, principalmente "carente". Para tanto, realizaremos uma breve discussão sobre a pré-escola: sua história e funções, a fim de subsidiar a discussão sobre creches domiciliares, objetivando questionar o sentido que, em nossa sociedade, vem sendo atribuído. E nossa tarefa junto ao Estado: garantir o caráter público das creches e pré-escolas e seu compromisso com uma educação de qualidade.

Há urgência em se estabelecer uma política que defina o atendimento da criança de 0 a 6 anos. Fica evidente quando analisamos a situação da infância no Brasil. Os pronunciamentos oficiais das autoridades, governamentais são esbanjadores em reconhecer a imensa dívida social do governo e da sociedade para com o Estado de abandono em que se encontra a infância.

Hoje, no Brasil, são mais de 40 milhões de crianças e adolescentes que têm os seus interesses ameaçados e até violados, onde a garantia dos direitos difusos ainda é uma possibilidade bastante remota.

Há necessidade, inclusive, que hajam políticas de financiamento consistentes aliadas a políticas que garantam a formação de profissionais que viabilizem uma educação democrática, além de políticas voltadas à implementação de alternativas curriculares que reconheçam a diversidade de nossas populações, no que se refere à classe social, étnia, cultura e sexo.

Não podíamos falar de creches, sejam elas convencionais ou aquelas dentro de programas da Pré-escola - creches domiciliares - seus problemas de trabalho sem abordar as relações familiares, pois há uma interrelação grande entre a vida profissional e a vida familiar.

Por trás do modelo familiarista de Creches domiciliares, no qual existe a citação de que qualquer mulher, desde que seja calorosa e goste de crianças, seja dotada de bom senso e não possua problemas pessoais, possa cuidar de filhos de outros pais. Modelo o qual discordamos. Na sua análise, segundo pesquisa de Estágio feita em Florianópolis, alguns aspectos contraditórios com pesquisas já apresentadas, vêm negar algumas afirmações.

Há preocupação com a família, como reduto protetor dos sentimentos e emoções, mas há também a preocupação dela se transformar em um ambiente sufocador das iniciativas de seus membros fora de seu âmbito familiar.

Hoje pode vivenciar-se com facilidade a ruptura da família nuclear (do filho), a qual estamos vivendo. Não é devido ao fato da união ou da família ter perdido o valor. A ruptura do casal significa ruptura da família do filho, que passa a ter dois domicílios com igual valor. Mas as relações entre os pais e filhos e a 2. família terão de dispor de alternativas nunca previstas anteriormente.

Acreditamos que à medida que as gerações forem se sucedendo, dentro deste modelo, aprendendo a conviver com a instabilidade, o desequilíbrio e a flexidade, mais facilmente as pes-

soas identificar-se-ão com ele e conseguirão levá-lo avante com sucesso.

Estamos ainda presos aos valores e comportamentos presentes no modelo tradicional, e guardamos o que nele achamos bom em comparação como as dificuldades atuais de "ser família". Esquecemos a rigidez das relações daquele modelo e a diversidade da posição do homem e da mulher.

O objetivo dessa pesquisa foi de conhecer como se organizam e se estruturam as famílias Crecheiras (pobres) em seu cotidiano. Como se dá o processo de socialização da criança. Como a criança é criada pela sua própria família, em seu meio. Desejava obter a descrição de como a criança se desenvolve no seio da família crecheira, isto é, como se dá a socialização de crianças junto à família na comunidade, a partir da visão da própria população estudada.

Com as entrevistas, à medida que buscava dar maior precisão ao assunto tratado, foram introduzidas questões, tais como: sentimentos ligados à condição de mãe mulher (crecheira) e a participação da família nuclear na educação dos filhos, o que torna evidente a estreita relação entre o contexto social e a dinâmica de relação com as concepções e práticas educativas dessas famílias. Nesse sentido, cumpria conhecer a composição das famílias e inserir elementos que constituissem um quadro da realidade de vida das mesmas (descrição da moradia, situação de trabalho, situação educacional, saúde, etc).

Com esse material e com o avanço que se deu, na formulação teórica do problema, cheguei a dois grandes objetivos para a pesquisa e para a formulação de dois instrumentos. Defini, ainda, que estudaria um número reduzido de casos, buscando certo aprofundamento em sua vivência, em uma localidade geograficamente delimitada (as creches mais carentes). O amadurecimento ganho com a experiência dessa etapa me fez ver que o afetivo conhecimento do cotidiano dessa população, transcenderia necessariamente os limites de entrevistas formais, envolvendo o próprio convívio, o compartilhar de experiências e o engajamento em um projeto desenvolvido dentro de uma comunidade de baixa renda.

CAPITULO I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR

Introdução

Em todas as sociedades humanas, existe alguma separação entre o "público" (família trabalhadora) e o "privado" (família doméstica), seja a sociedade tribal, medieval, capitalista, socialista, etc. Em todo tipo de sociedade existe a preocupação com o espaço denominado de "lugar do íntimo", do secreto, do particular, do que não é exposto aos olhos públicos, "o nosso lar", lugar onde certos tipos de atividade são feitas. Existem, também, relações sociais em que se compartilham certos tipos de segredo que não são expostos a todos (Zaluar, 1992).

Segundo Zaluar, os gregos é que desenvolveram um pensamento, mais explícito acerca da separação entre o espaço doméstico (privado), que chamavam "oikos", e o lugar público, onde os cidadãos assumiam a condição de pessoas com direitos iguais perante à lei e ao discurso, lugar de problemas comuns. Oikos era o refúgio do que não poderia vir a público, do que deveria estar resguardado do olhar curioso ou da intervenção Estatal.

Para a autora, qualquer sociedade, está sempre a equilibrar de algum modo os dois espaços para que, por um lado, o

mundo privado não seja invadido e segredos pessoais não se tornem públicos, e, por outro lado, os problemas comuns a todos não sejam ignorados ou tratados inadequadamente como derivados dos interesses privados.

Hoje, em algumas das sociedades, quase que desapareceu o espaço privado, pois toda a vida social passou a ser objeto da vigilância e da intervenção estatal.

O deslocamento permanente de uma parte da população para o mercado de trabalho coloca novos problemas para se pensar sobre a separação entre o público e o privado.

De acordo com Engels (1982), a cisão histórica entre esfera pública e a privada, aconteceu em função da instauração da família trabalhadora e da propriedade privada.

Segundo Arendt (1983), a era moderna, ao contrário das anteriores, assistiu à ascensão da esfera social que, não se definiu, nem como pública nem como privada, eliminou de vez a polaridade entre as duas esferas. Assim, a esfera privada ou a família passou a ter importância, central na organização social, e a esfera pública ficou enfraquecida em relação à educação e ao cuidado de seus filhos. A esfera privada não se contrapõe mais à esfera pública, no sentido de política, mas estreita os laços com a esfera social, a qual está referida.

Nesse contexto, o Estado passa a desempenhar um papel fundamental na vida social, e a política social se manifesta como instrumento de equilíbrio, entre a ordem econômica e a ordem social. Assim, aparecem os serviços sociais prestados por profissionais dentro de normas administrativas.

Através das políticas sociais, o Estado busca dirigir sua intervenção para mitigar as lutas sociais - "Estado de alianças e interesses conflitantes". O Estado não age sozinho, ele é regulador das atividades econômicas e também agente básico na definição e manutenção da ordem social, onde certos interesses do grupo, no poder, se defrontam-se e se conciliam-se com certos interesses da classe dominante. (Oliveira; 1988)

Segundo Oliveira, nos movimentos da própria sociedade, o aparelho Estatal, condensa, mediatiza e integra as relações sociais. Ele não mostra só que é força, mais articula contraditoriamente com a sociedade. O Estado tende a objetivar-se em Instituições principalmente coercitivas (o governo, a administração, os militares e a política, o setor jurídico, o governo subcentral e as assembleias Parlamentares). Nelas se organiza sua ação de modo a penetrar no cotidiano de vida da população.

Ao mesmo tempo cria benefícios e serviços aos trabalhadores identificados como pobres. Sob esta ótica é que o Estado institui políticas de corte social e cria organismos responsáveis pela prestação de serviço, destinados a intervirem na "questão social".

As políticas sociais apareceram no capitalismo a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social pode ser compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, pois se, de um lado, ela domina, do outro, permite acesso aos serviços que oferece e que se tornam em direitos.

Não se pode entender política social como a economia. No cotidiano das lutas políticas, dependendo do movimento social, vai fixando-se a orientação das políticas econômicas e da política social. A política social é uma maneira de expressar as relações sociais, só que ela é traiçoeira, ela não avança, porque cada governo, traça seu plano. A elaboração de um plano depende, sobretudo, de seu conteúdo político e, portanto, não se pode analisar política social somente através da ótica do governo, no sentido próprio.

No Brasil, mesmo existindo instituições e serviços voltados para a proteção da força de trabalho, como legislação e previdência, a distância entre o plano e a realidade torna essas instituições e serviços distantes do cumprimento de suas funções. Enquanto que o assistencial é a ótica do Estado, o direito e a extensão da cidadania são as garantias buscadas pela população. A forma de conseguir esses direitos deve ocorrer pela prática política e pelo reaquecimento dos direitos políticos, a fim de romper com as doações e com o caráter empresarial das políticas sociais, favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social. Entender políticas sociais significa conhecimento dos planos de governo.

A realidade Brasileira tem mostrado que existe uma grande distância entre as propostas das instituições e serviços voltados para a proteção da força de trabalho (legislação e previdenciária) e o cumprimento das funções. Nessa contradição, o Estado tende a fortalecer a proposta de políticas sociais dentro de uma ótica assistencialista, enquanto que a população vê nes-

sas políticas a concretização dos direitos sociais e da própria cidadania. A forma de conquistar tais direitos tem acontecido através da prática política, na tentativa de romper com o caráter assistencialista e empresarial das políticas sociais.

Neste contexto é que surgem as políticas sociais voltadas para a infância, na tentativa de atender os seus direitos básicos (saúde, educação, lazer, etc). No entanto, a situação da infância brasileira é extremamente difícil.

Segundo Freitag, a urgência em se estabelecer uma política que defina o atendimento à criança, fica evidente quando analisamos a situação da infância no Brasil.

A assistência à criança ainda constitui um complexo de políticas sociais explicitamente dirigidas à criança "carente", e, especialmente, ao estudante carente.

"São consideradas crianças carentes as que vivem nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos e em áreas rurais pouco prósperas, as quais, por esforços próprios ou de seus pais, não teriam condições de estudar, seja porque são obrigadas a sustentarem a si e a suas famílias através de seu trabalho, seja por desinformação ou por faltar recursos escolares". Freitag (pag 43, 1987).

Para a autora, a política da educação no Brasil existe a partir de uma complexidade de fatores políticos sociais e econômicos que extrapolam, muitas vezes, os interesses nacionais, no que diz respeito às reais demandas no âmbito da educação.

Na mesma direção, Jobim (1988) afirma que hoje vivemos um momento no qual, os interesses externos estão cada vez mais

claros, dada a complexidade do relacionamento Internacional que nem sempre vem ao encontro das necessidades do País. Dentre as múltiplas influências externas, podemos mencionar a definição das prioridades do governo na alocação dos recursos financeiros e a própria produção do conhecimento intelectual que irá fundamentar as ações educativas.

Hoje o problema da educação não é só quantitativo, requer também a busca a busca de uma melhor qualidade.

Os estudos históricos da educação têm demonstrado que no contexto brasileiro, apenas nos últimos 50 anos é que a educação passou a ser encarada como dever do Estado e direito de todos os cidadãos, situando-se, nesse aspecto, em especial, a educação Pré-escolar de 0 a 6 anos.

No entanto, as políticas sociais têm privilegiado o atendimento às crianças em idade escolar, relegando a um segundo plano o atendimento da criança de 0 a 6 anos, que tem ficado a mercê de programas esporádicos e fragmentados. Dentro desse quadro geral é que se situa a análise que pretendemos fazer, sobre o atendimento da criança de 0 a 6 anos. Para tanto, realizaremos uma breve discussão sobre a pré escola, sua história e funções, a fim de subsidiar a discussão sobre creches domiciliares.

2. A Pré-escola

A constituição brasileira reconhece como dever do estado oferecer creches e pré-escolas para todas as crianças de 0

a 6 anos.

A história e a evolução do atendimento às crianças de 0 a 6 anos mostra que a educação dessas crianças é muito mais grave. Até muito recentemente, esse atendimento era visto como tendo caráter apenas médico e assistencial, e as esparsas iniciativas públicas estavam e estão imbuídas dessas tónicas. Somente a partir da década de 70 que a importância da educação da criança pequena é reconhecida, e as políticas governamentais começam, ainda que insipientemente, a ampliar o atendimento das crianças de 4 a 6 anos. Embora assegurada pela legislação, evidentemente ela ainda está longe de sua viabilização.

Segundo Kramer (1989), apenas 10% das 25 milhões de crianças de 4 a 6 anos recebem algum tipo de atendimento, incluindo - se, aqui, dados da rede privada e das iniciativas de órgão de assistência social.

A Constituição Brasileira, no seu artigo 161 - A educação, direito de todos: dever do Estado e da família, será promovida e inspirada nos ideais da igualdade, liberdade, solidariedade humana, bem - estar social e democracia, visando ao pleno exercício da cidadania;

O ensino será ministrado com base em alguns princípios aqui mencionados no ART 162:

- I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- V - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - garantia do padrão de qualidade;
- IX - promoção da integração escola-comunidade

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Art. 163:

- I - oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.
- VII - Atendimento ao educando através de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte, financiados com recursos provenientes de contribuições sociais federais e outros recursos orçamentários.

Art. 164 - III - Currículos escolares adaptados às realidades dos meios urbano, rural e pesqueiro, etc.

2.1. Concepções de Pré-escola

Historicamente a pré-escola foi constituindo-se tendo em vista diferentes funções, dentre as quais se destacam:

- guardar as crianças (a Pré-escola guardiã).

Segundo (Abromovay, 1988), historicamente a necessidade de pré-escola aparece, como reflexo direto das grandes transformações sociais, econômicas e políticas, que ocorreram na Europa - especialmente na França e Inglaterra, a partir do século XVIII.

Eram as creches que surgiam. Possuíam caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil, que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função a guarda das crianças.

— Compensar as carências infantis (a Pré-escola preparatória)

Durante o séc XIX, uma nova função passa a ser atribuída à pré-escola, relacionada mais à idéia de "educação" do que à de assistencialista. São criados, por ex: os jardins de infância: por Froebel, nas favelas alemães; por Montessori, nas favelas Italianas; por Reabodef, nas Americanas, etc. Tinham a função de compensar as deficiências das crianças: sua miséria, sua pobreza, a negligência de suas famílias... Assim, podemos observar que as origens remotas da educação pré-escolar se confundem mesmo com as origens da educação compensatória, tão difundida nas últimas décadas.

Foi após a 2 segunda guerra mundial, nos U.S.A. e na Europa, que a pré-escola, com função compensatória, ganhou contornos e estratégias mais delineados.

As influências das teorias de desenvolvimento infantil e da psicanálise, por um lado, e os estudos linguísticos e antropológicos, por outro, aliados à pesquisa que procuravam correlacionar linguagem e pensamento com rendimento escolar, determinaram a elaboração da abordagem da privação cultural. Esta veio para fundamentar e fortalecer a crença na pré-escola como

instância capaz de suprir as "carências", deficiências "culturais, linguísticas e afetivas" das crianças provenientes das classes populares.

Visto dessa forma, a pré-escola, com função preparatória, resolveu o problema do fracasso escolar, que afetava principalmente as crianças negras e filhas de migrantes, naqueles países.

Tal concepção, sobre a função da Pré-escola, chegou ao Brasil, na década de 70. A abordagem da privação cultural e dos programas pré-escolares com função compensatória, torna-se muito criticada no Brasil a partir do final da década de 70. Esses autores de educação explicitaram seu ponto de vista a partir da idéia de que a família não consegue dar às crianças condições para o seu bom desempenho na escola. "As crianças são chamadas de culturalmente "carentes", pois se parte do princípio de que lhes faltam determinados requisitos básicos capazes de lhes garantir sucesso escolar, e que não foram transmitidos por meio social imediato.

Segundo Jobim, (1988), nos últimos anos foi ampliando-se o questionamento dos programas compensatórios e da abordagem da privação cultural, à medida que foi se estabelecendo um consenso de que não prestam um benefício afetivo às crianças das creches populares, servindo, muito ao contrário, para discriminá-las e marginalizá-las com maior precocidade.

Mas, recentemente, constatamos que o discurso oficial tem incorporado tais críticas: algumas alterações passam a ser feitas nas propostas do MEC, especialmente no Programa Nacional

de Educação, lançado em 1981, pela COEPRE.

A pré-escola não cura mais os males educacionais, mas sim os sociais, e estes, auxiliarão a resolver os educacionais..
. Para identificar os reais objetivos pretendidos pela política educacional, temos de compreendê-las inseridas no quadro da política global do País.

2.2. Trajetória do atendimento pré-escolar no Brasil e suas propostas

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos no Brasil, assim como em outros países do 3 terceiro mundo, foi fortemente influenciado por organismos internacionais, tais como: UNICEF e UNESCO, de acordo com Jobim (1988, pp.36).

"O papel dos organismos internacionais na definição das políticas de Assistência à infância nos Países subdesenvolvidos é um vasto campo de estudo e pesquisa ainda bem pouco explorado" (Jobim, 1988, pag. 36).

Alguns ensaios sobre esta questão começam a surgir, durante os anos 40/50. Desenvolvem-se os trabalhos, cuja tônica é a assistência social, sob a orientação da UNICEF (Fundação das Nações Unidas para a Infância).

São trabalhos de cunho emergencial, que se caracterizam, inicialmente, através de campanhas de distribuição de leite em pó, e, posteriormente, para outras formas de assistência, apoiando programas de saúde, nutrição e bem-estar social. Ex:

hoje, no Brasil, o programa "Criança Esperança".

Nas duas últimas décadas, o trabalho, que vinha sendo assistencial, evolui para um atendimento que inclui uma preocupação educacional. Sendo que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Cultura), através da UNICEF, começa a prestar assessoria aos especialistas de educação pré-escolar de diversos países, subdesenvolvidos, que não se dispõem de recursos financeiros necessários para à infância dentro dos padrões idealmente concebidos que visam:

- diminuir os custos para atender a um número maior de crianças;
- Envolver a família e a comunidade no trabalho sistemático com o Pré-escolar, com o objetivo de melhorar as condições de vida da criança e da família.

Essas soluções começam a ganhar expressividade no Brasil. A 1ª primeira experiência, envolvendo os países à comunidade, inicia-se em 1972 com o CEAPE (Centro de Educação e Alimentação do Pré-escolar), em São Paulo. A esta seguem-se outras experiências deste tipo, que se desenvolvem por todo o país, dando origem ao PLANED (Plano de Educação Infantil), ao PROAPE (Programa de atendimento ao Pré-escolar) e, a partir de 1981, há uma expressiva contribuição do Mobral nessa área, por determinação do M.E.C.

O que podemos notar é que cada programa desenvolve seu trabalho de acordo com tendências e prioridades distintas.

A característica comum desses programas é a modalização de recursos humanos e materiais da própria população, objetivando a combinação de distribuição de alimentos com atividades de cunho educacional.

Com base nas diversas legislações e diretrizes políticas foram elaborados, alguns em termos estatísticos (sinopse estatística da educação Pré-escolar 79/80).

Em 1975, somente 3,5% da população em idade pré-escolar recebia algum tipo de atendimento. Deste percentual, 34% eram matriculadas em Instituições particulares, isto significa que esse atendimento, além de favorecer a uma minoria da população, estava concentrado em benefício das classes mais favorecidas, uma vez que 68% da população brasileira é constituída de famílias de baixa-renda. Estes dados demonstram que o objetivo político, de dar prioridade de atendimento pré-escolar às populações de baixa renda, constitui-se, pelo menos hoje, em uma meta ainda não atingida, ficando os discursos oficiais enfraquecidos frente a essa realidade. O aumento do atendimento vem ocorrendo tão lentamente que, se continuar nesse ritmo, a pré-escola permanecerá por muito tempo um privilégio para poucos, não só pela quantidade de escolas, mas pela busca de uma boa qualidade educacional.

Segundo Jobim (1988), o problema da educação pré-escolar não é específico, mas se inscreve dentro de uma situação de marginalização de grandes setores da população, ocasionada pela estratificação social e pela má distribuição de bens e serviços.

"A solução estrutural para esse problema não estaria em uma atuação emergencial sobre os efeitos da desigualdade - pois estas se constituem em caráter meramente paliativo - mas num repensar do modelo político - econômico, que vem sendo adotado até agora (Jobim, 1988, pag. 44). Hoje, documentos, oficiais incentivam a participação e o envolvimento comunitário, possibilitando, além da troca de experiências, a adequação da ação educativa à realidade é à cultura de cada comunidade.

No entanto, em termos de qualidade, o trabalho pedagógico, desenvolvido no interior da Pré-escola pública, ainda está aquém, pois muitas das escolas têm, na realidade, caráter assistencial, ou sanitário e estão distantes da realidade social de seus usuários.

Reconhecer o papel social da Pré-escola significa compreender que ela tem a função de contribuir com a escola, valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos.

"Há aqueles profissionais que acreditam que as crianças saem da 1 primeira série com o seu desempenho escolar garantido". Essa crença reflete a própria força do discurso ideológico, que joga na infância (passada), a culpa pelos problemas do presente e atribui à infância (presente), a capacidade redentora dos problemas futuros. Penso que o primeiro passo para qualquer

(1) Brasil, Ministro da Previdência e A. Social, secretaria de A.S. Propostas para o atendimento as crianças carentes de 0 a 6 anos de idade. 2. ed. Brasília, IMPAS/SPR, 1983, 111pp.

contribuição é ter clareza quanto aos seus limites, e o segundo passo é encarar, ver a criança enquanto o ser social que ela é. (Abramovay, 1983, pp.59).

Dizer que a criança é um ser social significa que ela tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas, segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor. Ou seja, ela é valorizada de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto. Exemplo: uma criança de classe popular, que trabalha em casa ou fora dela, é vista e valorizada por sua família de forma diferente de uma criança de classe média, que apenas brinca ou estuda e se prepara para se tornar adulto um dia. Essa idéia vem no sentido inverso do preconceito muito difundido entre nós, que classes médias valorizam a infância, enquanto que nas crianças, o essencial é superar esse preconceito.

Foram criadas, desde 1930, diversas instituições voltadas ao atendimento público da infância, sua vinculação e as modificações administrativas sofridas, constituídas por uma rede que envolve três ministérios: o da saúde, o da Previdência, o da Assistência Social e o da Educação (além do ministério da justiça). A precariedade de cada uma das três áreas é apontada como causa das condições em que estão inseridas as crianças.

Segundo (Kramer, 1988), as políticas não são geradas por ações administrativas. Mas sabemos, também, que na história da educação Pré escolar, as próprias medidas administrativas er-

rôneas (orientadas por fatores político - eleitorais, para desvio da atenção do 1º grau etc) começam a produzir efeitos positivos em termos de uma maior sensibilização e mobilização da sociedade, que passa agora a cobrar um trabalho de maior qualidade.

E a partir da consciência crítica crescente das classes populares que a função da pré-escola vai se delineando na prática, e se transforma para além das propostas elaboradas em gabinetes com preocupações muitas vezes excessivamente política-eleitorais ou academicistas. Se a educação pré-escolar é atividade de muito alto custo, deve ser assumida inequivocamente pelo Estado.

Os dados disponíveis nas publicações oficiais, porém recentes, são baseados em projeções estatísticas que mencionam, que hoje um dos fatores que podem ter contribuído para a retração da rede particular é a perda do poder aquisitivo das famílias de classe média, clientela potencial da educação privada, que passa a procurar a escola pública.

Politicamente, a atenção à pré-escola é dada, prioritariamente apenas quando convém ao jogo político (eleições).

A alta rotatividade dos recursos humanos impede que qualquer projeto sério de capacitação tenha continuidade, comprometendo a qualidade dos serviços prestados.

Soma-se a isso o fato de as verbas serem tão insuficientes que o município acaba tendo de assumir parte dos compromissos financeiros, desviando recursos de outros setores para poder "dar conta" da pré-escola.

No entanto, a pressão para o desenvolvimento de programas de pré-escola é cada vez maior devido ao processo de implantação do E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Sem recursos necessários não é possível implementar Creches e Pré-escolas com qualidade, onde a busca de alternativas políticas de financiamento deverá advir da nova carta constitucional e da legislação.

O E.C.A., lei 8069/90, regulamenta os preceitos da Constituição Brasileira de 1988 no que se refere a esta atenção à criança, introduzindo algumas orientações:

- No modo de conceber, criança e adolescente. Que não há mais a tal diferença entre criança rica e criança pobre. Todas são crianças com iguais direitos, sem discriminações.

- Que as crianças não são mais apenas responsabilidades da família ou poder judiciário, são compromissos da Família/Estado e sociedade.

Para o Estado de Santa Catarina, o E.C.A. desencadeou as mudanças na legislação referente à assistência à criança e ao adolescente. A Assistência Legislativa decreta a lei 8307 de 21 de agosto de 1991, do Estado de Santa Catarina, e, em alguns de seus artigos, trata especificamente da situação da criança no Estado. Exemplos:

"Art. 1 - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da criança e dos adolescentes - C.E.D.C.A. - como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações em todos os níveis dirigidos à proteção e à defesa da criança e do adolescente.

Art. 2 - O Conselho C.E.D.C.A. é composto por 26 membros efetivos, os quais representam paritariamente instituições governamentais, com o mandato de 2 anos, facultada a redução ou reeleição.

Art. 6 - Ao Conselho Estadual dos direitos da criança e do adolescente compete:

I - formular a política Estadual de promoção à defesa, orientação e proteção integral da criança e do adolescente por intermédio de conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da união, dos Estados e dos Municípios.

VII - difundir as políticas sociais básicas assistenciais em caráter supletivo e de proteção integral;

XII - definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir no Estado o fundo para a Infância e adolescência - F.I.A - em cada exercício;

XV - manter comunicação com os demais conselhos de outros Estados congêneres, com o conselho nacional, município e tutelares, bem como com organismos nacionais e internacionais que tenham atuação na proteção, defesa e promoção dos direitos e interesses da criança e do adolescente.

Art. 12 e art. 2 - Para o atendimento imediato das defesas, com o funcionamento e manutenção do F.I.A. no cumprimento das obrigações vigentes.

O Chefe do Poder Executivo está autorizado à abertura de Crédito Especial, originário de verbas próprias do orçamento do Estado no valor de Cr\$ 7.000.000,00, com imediato repasse.

Salientamos que não são pequenas as dificuldades em traduzir o compromisso social do Estado, assentado no interesse coletivo de preservação da comunidade através da defesa de seus segmentos mais fracos.

CAPITULO II

O SURGIMENTO DAS CRECHES DOMICILIARES

1. Introdução

Atualmente é possível ver, uma fragilização dos laços familiares, se comparados com a força da instituição familiar do passado. Estamos ainda presos aos valores e comportamentos presentes no modelo tradicional e guardamos o que nele achávamos bom em comparação com as dificuldades atuais de "ser família". Esquecemos a rigidez das relações daquele modelo, e a diversidade da posição do homem e da mulher está totalmente dependente e presa a um espaço, restrito, o mundo doméstico.

No quadro geral, a questão da família, em situação de miséria, aparece como "a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social que se instaurou no país, notadamente a partir dos anos 70.

Para compreendermos a pobreza, devemos considerar a articulação e a interdependência das múltiplas determinações conjunturais e estruturais, dos mecanismos políticos institucionais criados para proteger, controlar, reprimir e gerir, economicamente, a população mais necessitada deste país. A família brasileira constitui a unidade dinâmica da vida produtiva e é

geradora da riqueza nacional, embora dela praticamente esteja excluída.

O que se pretende demonstrar é a existência de uma população trabalhadora, quer pertença ao mundo do trabalho assalariado, ou integrado nos setores informais de baixa qualificação e rendimento, que transita de forma recorrente entre as faixas da pobreza e da miséria absoluta, engrossando os segmentos de pauperizados, cuja reprodução social depende da intervenção estatal ou da utilização de alternativas de sobrevivência fora do mercado formal.

A partir dos anos 70, paralelamente ao conhecido "milagre econômico", aceita-se a dicotomia entre a acumulação capitalista e a acumulação da miséria.

A fronteira entre o trabalho formal e o trabalho informal é uma estratégia de sobrevivência e torna-se cada vez mais fluidas e complementar.

Nesse processo, todo ou quase todos, são compelidos a participarem como força de trabalho para subsistir, ainda que essa signifique apenas a sobrevivência biológica. A mesma levou a mulher, até então "segreda ao mundo doméstico, o mundo da mulher, sentimental, afetiva", ao mundo do trabalho, que na verdade criaram, uma situação de instabilidade constante quanto a proteção do mundo doméstico, quando existem filhos.

Na segunda metade do séc XX, o número de mulheres no mercado de trabalho aumentou. Por sua vez, no período de 1930-60, a preocupação com medidas de promoção da saúde junto à população mais pobre e com a finalidade de evitar a marginalida-

de e a criminalidade de crianças e jovens desta população, levaram alguns grupos sociais politicamente influentes a defenderem a creche como uma agência promotora de bem-estar social. A creche é colocada como uma dádiva aos desafortunados. Como não se discutiam a grande desigualdade econômica existente na raiz dos problemas, a criação de creches atuava como uma forma de disfarçar o problema.

Com o avanço industrial na década de 50, especialmente em períodos seguintes ocorreu um aumento de mulheres de classe média no mercado de trabalho. A redução do espaço de diversão das crianças, fruto da especulação imobiliária nas médias e grandes cidades, também elevaram essas mulheres a procurarem as creches para os seus filhos.

No período dos governos militares pós-1964, as políticas sociais adotadas a nível federal, através de órgãos criados como a LBA, e a nível estadual, a FUNABEM, continuam a acentuar a idéia de creche como equipamento de assistência à criança carente como um favor prestado à criança e à família. Desta vez esboçando uma orientação mais técnica a seu trabalho, incluindo preocupações com aspectos da educação formal das crianças nas creches.

Na segunda metade da década de 70, período de maior abertura política necessária para dar vazão às tensões sociais latentes no País, observa-se o estabelecimento de uma nova política de atendimento às reivindicações populares, em geral por creches, encabeçadas por movimentos feministas, que intensificaram-se e adquiriram novas conotações.

Saíram da postura de aceitação do paternalismo Estatal ou empresarial, tornando-se um direito do trabalhador.

Os resultados desses movimentos foram um aumento do número de creches organizadas, mantidas e geridas diretamente pelo poder público com uma participação maior das mães no trabalho desenvolvido nas creches.

A questão urgente em se estabelecer uma política que defina o atendimento da criança de 0 a 6 anos, clarea-se quando analisamos a situação da infância no Brasil, que apresenta um quadro triste. Das 22 milhões de crianças com menos de 7 anos, 13 milhões são provenientes de famílias que recebem até 2 salários mínimos, que refletem no maior índice de desnutrição da América Latina, que varia do 1.º para o 2.º e 3.º graus, numa percentagem de 53% de crianças nessa faixa etária.

A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, com condições dignas de existência. O sétimo artigo do Estatuto da criança e de adolescente garante o direito, mas a vida não garante o fato. Brasil é terra de crianças nas ruas, pés no chão, roupas sujas e rasgadas. Não há como acalantar o sonho da criança feliz, ao dar uma breve olhada pelas vilas ou ruas centrais da cidade, onde a turma de "desajustados sociais" está sempre presente. Nos becos, cheirando cola, furtando carteira, prostituindo-se, fumando uma baga de cigarro, vai crescendo um futuro nada promissor para o país.

Conselhos tutelares, albergues, instituições sociais e governamentais são criadas.

Autoridades se esforçam para sanar o problema, que se entrelaça com a conjuntura político-social. Falta espaço para abrigar a mão-de-obra especializada, para cuidar destes "pequenos e turbulentos" assuntos, onde, muitas das vezes, o fator infelicidade começa em sua própria casa. Por questão de sobrevivência são obrigadas a sair de casa e os pais as exploram.

O objetivo dessas instituições criadas é justamente de impedir que elas fiquem nas ruas, no período do dia em que seus pais-trabalham.

Mas o número insuficiente de crianças atendidas levou o poder público, através da extensão do pró-criança a incentivar outras iniciativas de atendimento à crianças pequenas, criando os "lares vicinais" ou "creches domiciliares" dentro das suas próprias comunidades, com apoio governamental

Segundo o projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional, a creche passa a ser vista como responsável, junto com a família, pela promoção do desenvolvimento da criança, ampliando suas experiências e conhecimentos, onde caberá aos municípios a organização, manutenção direta ou convencimento e supervisão de creches públicas e particulares. A creche tem sido cada vez mais reinvicada por um número crescente de famílias de diferentes camadas sociais. No Estado de Santa Catarina, em cada seis catarinenses, um tem menos de 7 anos, ou seja, são quase 700.000 que existem no Estado, aproximadamente 30% frequentam creches, escolas maternas, jardins de infância ou ins-

tituições similares. Outras ficam aos cuidados dos vizinhos, irmãs de 8 a 12 anos de idade ou sozinhas com a facilidade de irem para as ruas. Como anteriormente citado.

Há que se considerar que a maior parte das matriculas se concentra na faixa etária de 4 a 6 anos, ou seja, o atendimento institucional cresce à medida em que se aproxima a escolarização obrigatória.

2. O projeto creche domiciliar em Santa Catarina

O programa creches domiciliares atende crianças de 0 a 6 anos de idade, de forma a permitir sua permanência em seu próprio ambiente.

As denominações usadas, apesar de variarem muito: creche domiciliar, mãe crecheira e creche familiar, referem-se a um mesmo modo de guarda da criança pequena: uma mulher que toma conta em sua própria casa, mediante pagamento de filhos de outras famílias, enquanto os pais trabalham fora.

Observa-se uma tendência de apresentá-las como, uma forma a alternativa de atendimento de emergência. Seus objetivos quase sempre se limitam garantir a sobrevivência física, da criança pequena. Proporcionando educação, saúde, alimentação, estimulação e proteção às crianças oriundas de famílias pobres. E o que afirma o documento da Secretária da Assistência Social/MPAS): Discorda-se dos técnicos que vêem no programa "creche domiciliar", a definitiva solução para o atendimento da

criança carente de 0 a 6 anos de idade (...) oferece estes atendimentos como um programa provisório: primeiro passo, para que a criança não morra de fome ou de verminose" (MPAS) SAS & UNICEF, S/D, p.220

Ilusória também nos parece a associação de creche domiciliar à família, a ambiguidade conceitual é dupla, pois envolve tanto o termo instituição quanto família.

O projeto creche domiciliar foi implantado em 1983 devido à preocupação do governo quando seu discurso mostrava a inserção da mulher no mercado de trabalho e a necessidade de creches para seus filhos. Desta forma, através da LADESC - Pró-criança, iniciaram-se estudos para poder atender as necessidades da população, principalmente a de baixa renda. Com o advento das enchentes em Santa Catarina, em Julho de 1983, acelera-se o processo de implantação do Projeto, que passa a existir nas regiões mais atingidas pelas cheias, sendo o meio mais viável para que os problemas básicos fossem sanados mais rapidamente.

Em setembro de 1983, com o apoio da UNICEF e do governo Federal, realizou-se o 1º primeiro treinamento sobre creches domiciliares. Em outubro deste mesmo ano realizou-se um novo encontro, no qual os municípios aderiram a proposta. Nessa ocasião formou-se uma Coordenação Estadual do projeto ligadas à LADESC e técnicas das áreas de saúde, educação e serviço social, de várias entidades, num trabalho inter-institucional. Em março de 1984, o conselho estadual de desenvolvimento, desligou a secretaria do desenvolvimento social da coordenação Estadual no que se refere ao atendimento informal às crianças de 0 a 6 anos na

na. Sendo que a preocupação desta equipe foi a capacitação de recursos humanos que atuava no Projeto.

Com a mudança de governo, em 1986, ocorreu a extensão do pró-crianças, que coordenava os projetos de atendimento ao Pré-escolar, dos quais o Projeto Creche Domiciliar fazia parte. Acreditando na possibilidade de que o projeto poderia continuar existindo, para possibilitar um "bom" atendimento a crianças carentes, o novo governo manteve este projeto, delegando-o à Secretária de Desenvolvimento Social-SEDES.

Com as mudanças de ordem administrativa desse governo, a SEDES foi acoplada a outras fundações do Estado, formando um único órgão: a Secretária, do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário, que passou a coordenar o projeto através da divisão da criança. Os problemas de repasse financeiro foram muitos, desestabilizando o Projeto em muitos municípios, que fecharam suas creches.

Geralmente as creches domiciliares estão sob a coordenação da Fundação Vida-Entidade, presidida pela primeira Dama do Estado, a quem cabe a supervisão, o acompanhamento e o repasse financeiro de verbas oriundas da L.B.A., gestora financeira do projeto a nível federal. Assim, técnicos da comissão Pró-criança visitaram projetos alternativos em Recife, Fortaleza, Brasília, chegando à conclusão que a experiência de Creche Domiciliar de Brasília adequava-se melhor à realidade catarinense.

Em Fpolis, as creches domiciliares foram repassadas à Associação Florianopolitana de voluntários.

- A AFLOV. é uma entidade beneficente, sem fins, lucrativos cujo objectivo é apoiar ações sociais. Em Março de 1984, também a histórias, das creches foram repassadas a uma Instituição marcada por uma intenção política, definida, desvinculada do processo educacional do município, com um cunho assistencial marcante.

Tal o atendimento não se encontra desvinculado de uma política social e econômica determinada pelo Estado, que se utiliza do mesmo para compensar todas as questões sociais, criadas em decorrência da própria estrutura social vigente no país.

A creche domiciliar caracteriza-se em atender crianças de 0 a 6 anos no período diurno em bases disponíveis da própria comunidade, durante a jornada de trabalho dos seus responsáveis. Com o atual governo, implantado em 1991, o projeto Creches Domiciliares está sob a coordenação da fundação vida, entidade presidida pela 1ª primeira Dama do Estado, a quem cabe a supervisão e acompanhamento. Desde a sua implantação, em Fpolis, inova-se por compor uma equipe específica para desenvolver o trabalho, sendo que, nos outros municípios, era composta por técnicos de várias instituições. Este fato gerava uma incapacidade real de acompanhamento, em razão das inúmeras atribuições dos profissionais.

Composta a equipe, as primeiras creches foram implantadas em abril de 1984 em comunidades com deficiência quanto ao atendimento pré-escolar. De 1984 a 1991 ocorreram cinco mudanças na Presidência da Aflov, sendo que nenhuma inviabilizou o desenvolvimento das creches.

Os serviços prestados são feitos por uma equipe multidisciplinar, fazendo parte dela: Assistente Social, Professores,

Pedagoga, Médico, estagiário de Serviço Social e Odontologia, que atende algumas comunidades da grande Florianópolis: Chico Mendes, Coqueiros, Capoeiras, Bairro de Fátima, Tapera, Via Expressa, Vila Aparecida e Nova Esperança, que geral atendem 15 creches.

Segundo Fúlvia, a "creche domiciliar, no contexto de atuação do Estado, nos parece uma tentativa de conciliação entre o velho e o novo, aceitando, apenas, parcialmente, que a criança pequena não seja socializada exclusivamente por sua família. Cria-se-lhe uma pretensa família substituta como se, assim, procedendo a instituição familiar fosse preservada.

Isto é, parece-nos que a proposta, de creche domiciliar encerra uma opção ideológica de relacionamento entre o Estado e a família, mas que vem sendo escamoteada por argumentos técnicos.

Esta ambiguidade conceitual pode acarretar também a nosso ver, um retrocesso grave na busca de identidade da instituição "creches".

Atualmente, vários estudos têm apontado para complexas consequências de a creche se colocar como instituição substituta ao cuidado materno (SRESAS, 1979; ROSS, 1978, Mozère & Bachelet, 1981)"

Se este risco já existe na creche institucional (aquela que funciona fora do domicílio particular) no caso da creche domiciliar, a confusão entre a crecheira, e a mãe se acentua. Poderíamos até mesmo afirmar que é incentivada, na medida em que o esforço doméstico e o trabalho se confundem. Fúlvia aponta que

"as crecheiras se referem com um certo orgulho que, em geral, as crianças não querem ir embora do lar vicinal". A criança, principalmente as maiores, chamam a crecheira de tia (60%), de mãe (20%) ou de avó (11%).

O programa administração pela FEBEMCE (19.81 pg 2) constitui um bom exemplo dessa sobreposição de papéis, quando afirma ser "a" creche lar" uma "tentativa de aproveitamento da função da dona de casa no reconhecimento de habilidades domésticas e características maternas, favorecendo concomitantemente o acréscimo da renda familiar".

Tal proposta não vem recebendo apoio dos profissionais, pelo contrário, as críticas têm sido bastante enfáticas às instituições que sobrepõem a figura materna às funções de guardadeira.

O argumento mais frequente presente na difusão das creches domiciliares referem-se ao seu baixo custo, devido a não necessidade de o Estado investir somas altíssimas em construção, este que pode ser desdobrado em dois:

- a) que o alto custo da creche provém de sua construção;
- b) que o atendimento em creche domiciliar implica obrigatoriamente em baixo custo.

Não existe ainda, no Brasil, uma avaliação precisa, não manipulada, dos custos de funcionamento e de capital das experiências de atendimento a crianças pequenas. O que se observa é que as avaliações de custo tendem a ser utilizadas como força

de argumento.

Conforme Rosenberg "as avaliações de custo das escolas públicas no Brasil e de Creches têm apontado que o custo de capital (terreno e construção) corresponde aproximadamente a 20% dos custos totais".

Creches e escolas necessitam de dinheiro para funcionarem (pagamento de pessoal, alimentação e material de consumo).

A tais peculiaridades deve levar-se em conta, ainda, que se trata de um dos raros programas que atende efetivamente crianças pequenas. Como necessitam de cuidados mais individualizados, significa também custos mais altos. Mas, se considerarmos que é possível um atendimento em creche melhor e mais barata, bastaria, que servisse corajosa e criteriosamente o quadro de pessoal técnico administrativo, trabalhando no equipamento creche ou fornecendo-lhe supervisão através das regionais. Outra, seria partir da análise dos programas nacionais, onde creche domiciliar não implique obrigatoriamente em baixo custo, mas sim que o estado não subvencie inteiramente, repartindo entre a crecheira e a família tanto os custos de capital quanto os de funcionamento.

Em grande parte do programas existentes no País, o Estado assume apenas, parcialmente, com a alimentação, combustível, água, luz elétrica (mensalmente), carne, verdura, produtos de higiene e limpeza (distribuídos quinzenalmente), assim como o pagamento dos profissionais (professores e Assistentes Sociais), vinculados às prefeituras, como ocorre no programa em Santa Catarina, especialmente em Fpolis.

Quanto ao salário da crecheira, hoje é de (um) salário mínimo, onde cada crecheira cuidará no máximo de 10 (dez) crianças. O salário mínimo é dividido por 10 e o resultado será o que cada criança pagará. Cabe à crecheira o direito de cobrar horas extras, por isso a participação das famílias precisa ter certos limites e horários, sendo estabelecido das 7 às 18 horas para manter um bom o atendimento.

Pela falta de vagas, muitas das vezes as mães são obrigadas a procurarem creches domiciliares fora de sua comunidade, o que a dificulta, porque ao deslocar-se de casa para a creche e para o trabalho, sempre ocorre uma inadequação de horário. As horas extras são pagas dentro de um acordo entre a creche e a família.

Apenas em algumas exceções no Brasil, a crecheira, é assalarida através do regime da CLT, recebendo um salário mensal e usufruto dos benefícios trabalhistas: registros em carteira, 13. salário, licença maternidade, férias, pagamento de horas extras, etc.

Dessa forma, as relações estabelecidas entre os profissionais da creche, desses com as crianças e com as famílias junto à comunidade, precisam ser norteadas através da visão real da heterogeneidade, rica em contradições, que caracteriza a sociedade e as escolas em geral. Essa diversidade nos coloca o desafio de buscar as alternativas necessárias para atender as crianças de - cada crianças - compreendendo-as a partir das suas experiências e condições concretas de vida.

E, evidentemente, dessa postura decorre a valorização que deve ser dada à estreita relação com as famílias. Não só para conhecê-las melhor, mas para que possam conhecer a proposta, pedagógica (que o atendimento nas Creches Domiciliares é feito por professoras com a qualificação na área do Pré-escolar. Realizam uma vez por semana suas atividades educativas, a partir de planejamento pedagógico, orientado pela pedagoga) e ajudar a construir, na prática, facilitando assim um real diálogo entre escola e família, o que possibilita um contexto educacional no qual as contradições e dificuldades possam ser enfrentadas em benefício das crianças.

Segundo Kramer (1989, pág 22), esse reconhecimento da diversidade cultural e social das crianças não pode levar a aceitar discriminações do tipo "escola ou pré-escola para crianças das classes populares" e "escolas ou pré escolas para crianças das classes médias". E isso porque insistimos no critério único de qualidade como requisito para uma educação democrática, pois a diferença deve ser considerada para que se possam alcançar os mesmos objetivos, independente da origem sócio-econômica ou cultural das crianças. Entendemos que se oferecem uma base sólida para um trabalho que se pretenda ser de qualidade, mas reconhecemos que esse trabalho tem diferentes formas e possibilidades de concretização.

CAPITULO III

COTIDIANO DAS CRECHES DOMICILIARES

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve análise sobre o que foi a sua vivência dentro das creches domiciliares e pontuar algumas questões, que parecem pertinentes para uma reflexão das creches domiciliares, tanto pelas suas propostas quanto pelas consequências das famílias crecheiras x família natural.

Para tanto, esse capítulo trata uma discussão sobre a metodologia de trabalho e sobre aspectos do cotidiano das creches domiciliares, dentre os quais destacaremos as suas relações interpessoais.

1. Considerações metodológicas

Para realização de um estudo sobre o cotidiano de creches domiciliares nos fundamentamos teoricamente na pesquisa participante, considerando o nosso papel de educadora nas creches domiciliares de Fpolis.

A pesquisa participante, segundo Huynh (1979), é uma pesquisa voltada para as necessidades básicas do indivíduo. É uma proposta do pesquisador produzir conhecimentos em parceria

com os próprios pesquisados, a partir de uma integração entre sujeitos da pesquisa (pesquisador X pesquisado). A produção do conhecimento, no caso da pesquisa participante, pressupõe também o desencadeamento de mudanças. A estas acontecem medidas em que os sujeitos pesquisados, a partir da intervenção do pesquisador, vão tomando consciência de seus problemas, das condições que os geram, e podem chegar a elaborar os meios estratégicos para resolvê-los. Brandão (1985).

Os instrumentos para o desenvolvimento da pesquisa participante são: observação participante, entrevistas individuais e coletivas, e a própria interação entre pesquisador e pesquisado.

Através desses instrumentos visa chegar-se a uma descrição dos componentes da situação pesquisada. Ou seja, dos sujeitos quanto aos seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais e as atitudes e os comportamentos diante da realidade.

Na observação, participamos da interação constante em todas as situações espontâneas e formais. Há o acompanhamento das ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e o sentido dessas ações, interrogando sobre as razões e significados dos seus atos.

A entrevista individual e coletiva pode ser vista como, o "teatro das espontaneidades, o jogo dos papéis, a história de vida, autobiografia ou etnobiografia, as projeções de situa-

ções de vida, análise de conteúdo ou qualquer outro que capte as representações subjetivas dos participantes, que favoreça a intervenção dos agentes em sua realidade ou organize a ação coletiva" (Chizzotti, 1991, pag. 89).

A nossa pesquisa foi realizada em 18 meses, baseada em visitas domiciliares com intuito educativo, embora se esteja no projeto como estagiária de serviço social. No decorrer do tempo 1 (uma) entrevista por semana foi realizada creche a creche, para averiguar problemas, e para um melhor atendimento à criança e a sua família. Essas creches situam-se em bairros periféricos, deslocávamo-nos a estes de ônibus e o resto do trajeto por caminhada.

A distribuição dos alimentos era feita pela viatura da prefeitura municipal.

Como processo educativo eram realizadas reuniões com as crecheiras, quinzenalmente, e palestras com as famílias naturais, uma vez por mês, através da Assistente Social junto à equipe.

Quando matriculadas, a família da criança é submetida a uma entrevista, seguindo um roteiro que encontramos nos anexos desse trabalho. Quanto à criança, é encaminhada a fazer um exame médico.

Das 15 creches existentes, escolhemos 5 (cinco) para aprofundarmos a pesquisa. São as creches que precisavam de maior apoio.

2. Algumas características das creches domiciliares.

Considerando como uma alternativa de atendimento à criança de 0 a 6 anos, as creches são criadas para atender um número maior de crianças, com poucos custos e envolver a família e a comunidade no trabalho sistemático com o pré-escolar.

Para tanto, as creches deverão existir em número suficiente a fim de atender, principalmente, as famílias carentes, para que a mão de obra possa inserir-se no mercado de trabalho de forma adequada e passiva. (Kramer, 1988).

A proposta do trabalho, colocada pelo governo, é a preocupação com o atendimento à população de baixa renda, ou seja, aquela que sente maior necessidade de frequentar o mercado de trabalho para garantir o seu sustento e sobrevivência de seus filhos. Para que isso aconteça, precisam de alguém que cuide de seus filhos.

Segundo pesquisas, já citadas, como de Kramer e Rosember, as crianças ficavam com vizinhos, irmãos menores e ou mesmo na rua.

No seu cotidiano, as creches domiciliares caracterizam-se como uma forma alternativa de atendimento à criança em bases disponíveis da própria comunidade. Em outras palavras, pode-se dizer que se constitui, basicamente, pela formação de um sistema simples, em que as crianças são atendidas por uma família vizinha, com a capacidade de atendimento de 8 a 10 crianças sob a responsabilidade de um adulto (crecheira), com idade que varia de 30 a 60 anos. Seu objetivo é o de proporcionar educa-

ção, saúde, alimentação, estimulação e proteção às crianças oriundas de família de baixa renda. A crecheira não deve possuir nenhum vínculo empregatício, recebendo o pagamento diretamente das famílias.

Os critérios para a seleção de crecheiras são maleáveis de acordo com a realidade comunitária, com a preponderância de aspectos relacionados à aceitação comunitária, composição e estrutura familiar.

A figura central do trabalho na creche domiciliar é a crecheira que é uma senhora da comunidade que empresta seu domicílio e sua disponibilidade de trabalho. Desta forma, passa a ser a pessoa encarregada dos cuidados relacionados às crianças, criando condições favoráveis de adaptação das mesmas, na creche. Contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da separação mãe-filho.

Desta forma, a casa da crecheira passa a ser a própria creche, atendendo a criança na fase em que ela mais precisa de amor e compreensão.

Além dos cuidados necessários com as crianças, como: fazer cinco refeições diárias, trocar fraldas, fazer mamadeira, dar banho e recrear, a crecheira ainda executa atividades como: mãe, esposa e dona de casa, ou seja, lavar e passar roupa, limpar terreno e casa, dar atenção ao marido e aos demais filhos.

Em algumas creches chegam-se a ter 10 crianças, mais 4 a 5 filhos da crecheira.

Esse acúmulo de atividades faz com que haja uma desorganização da própria vida familiar da crecheira. Tal situação é

agravada, pois as mesmas não dispõem de uma estrutura favorável para a reprodução da vida cotidiana.

As casas, construídas em terrenos invadidos da prefeitura, apresentam-se precariamente, ou seja são feitas de tábua ou de alvenaria sobre palafitas em becos da comunidade, exemplo: a maior e a melhor casa possui 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, um banheiro uma sacada, e quintal. Toda em alvenaria.

A foto ilustra a casa ou creche mais comum nessas comunidades. (anexo 1). O espaço dessas casas é insuficiente, mesmo para abrigar a família

A mãe não dando conta de tantas atividades domésticas, essas passam a ser exercidas pelos seus próprios filhos, deixando estes sobrecarregados.

Conforme observamos, isso, por um lado, passa a interferir diretamente na vida escolar das crianças, que não têm tempo para realizar suas tarefas escolares.

Por outro lado, o relacionamento entre mãe e filho é permeado por intensas reclamações sobre o trabalho. É comum se ouvir frases como:

"Antes a casa não ficava tão desarrumada ... hoje arruma daqui, desarrumam dali, estou cansada..."

"A está hora eu devia estar fazendo os meus deveres da escola e não lavando e limpando ... essas crianças não dão sossego".

Nos casos em que a família não tem filhos suficientes para dar conta da tarefa doméstica, ela recorre a quem? A filhos de parentes mais próximos, que são crianças na faixa de 9 a 15

anos de idade. Neste caso, o trabalho assumido determina mudanças, reorientando as atividades domésticas, que passam a ser exercidas pelos filhos ou por auxílio complementar de parentes na execução de tarefas. Dentro desse contexto, podendo a considerar a creche domiciliar como sendo "nem escola nem casa". Segundo a nossa convivência com a creche a 18 meses, observamos que existe uma confusão de papéis, pois, como estagiárias de serviço social, fomos para a creche assumindo o papel de educadoras, que facilitou para um melhor envolvimento junto à família crecheira x família natural.

Assim, parece-nos que as representações sobre o trabalho da crecheira estão recheados de uma percepção acrítica, à história, individualizada, romântica e ingênua.

Predomina a visão da crecheira, desempenhando papel de mãe substituta, noção que passa a idéia de calor humano, compreensão, cuidados com a criança. A "grande mãe": de seus filhos e dos filhos dos outros, "um grande coração".

Percebida assim, a crecheira não tem necessidade de qualificações; precisa sim, considerar a vida familiar como boa em si, valorizando a fibra materna. Esta instituição não busca uma identidade própria capaz de gerar um proposta educacional para a criança, pois a creche aparece como um mal menor e não como um local específico tendo valor próprio.

Esta confusão de papéis não ajuda a resolver o problema da rivalidade entre pais e crecheiras, pois ambos acabam se colocando no mesmo patamar.

Atribuída à creche a função de instituição provisória de emergência ou de substituição, no caso, quando se fala em mãe substituta, não apenas quer se designar o "caráter paliativo" que as creches possuem na vida de algumas crianças, mas, ao contrário, a substituição vai além do cuidado emergencial e substitui a presença materna.

No seu perfil, tanto famílias crecheiras ou famílias naturais, são famílias migrantes, vindas do interior do Estado na procura de uma "imaginária" vida melhor. Profissionalmente, são trabalhadores rurais, operários de construção civil, empregados de supermercados e indústrias, funcionários públicos, empregadas domésticas, catadores de papelão, biscateiros, alguns desempenhando funções bastantes humildes, compatíveis com nível de escolaridade, que oscila entre o analfabetismo e uma alfabetização precária, sendo que a maioria trabalha sem carteira assinada, começando pela própria crecheira, que não passa de uma voluntária.

Segundo Figueira (1987), a família de baixa renda se concebe como uma unidade de sobrevivência, um espaço de solidariedade e de luta em comum. A relação familiar é predominantemente hierárquica, complementar e segregada. "A segregação se dá pela separação de tarefas pela rígida divisão de atividade no lar e o menor tempo dispendido em lazer conjunto..." Bott (1976)

Como acontece com a família crecheira, que é obrigada a trabalhar e colocar os filhos menores no seu trabalho para poder dar conta, restringindo seu lazer, assim, também, em famílias naturais, a mãe é obrigada a trabalhar para sustentar o

lar, deixando seus filhos aos cuidados de outrem.

Todo trabalho tem que ser recompensado de alguma forma. Esta forma é o pagamento dos patrões aos seus empregados, para, posteriormente, esses pagarem as famílias crecheiras que cuidam de seus filhos.

Este pagamento "É pouco para a crecheira e pesado para a mãe que paga". Principalmente àquelas mães que têm mais filhos, fica difícil pagar a mensalidade. Desta forma, a dificuldade se estabelece dos dois lados.

"A creche é um favor à família, uma possibilidade dada àquelas crianças para não se tornarem futuros marginais" Freitag (1989).

Percebe-se nestes depoimentos a discussão do problema centrado na realidade da creche: a creche vista como um favor, a constatação de que a crecheira recebe pouco e a dificuldade das famílias. Mas onde está a solução?

Acredita-se que o pagamento à crecheira deveria vir do Estado e deveria ser reconhecido como legal o seu trabalho, porque o não pagamento das famílias naturais, faz com que as crianças não possam permanecer nas creches, o que é injusto. Existem casos em que os pais, por qualquer razão, perdem o emprego e, não recebendo, não têm como pagar, nem tão pouco condições de alimentar seus filhos, mudando todo o ritmo alimentar que a criança estava acostumada.

É comum ouvir-se da crecheira o seguinte:

"Tivemos aqui crianças que vieram tão magrinhas, agora que elas estavam ficando bonitas, com a cor mais coradinha e

forte, foram obrigadas a deixarem a creche, porque a mãe já não pagava a 2 meses".

"Se nós deixarmos a criança na creche é injusto para os outros pais que pagam..., O estado ou o órgão que implantou a creche deveria pagar-nos, mas infelizmente eles não assumem, porque dizem que não tem verba..."

"Tem que haver um reconhecimento do nosso trabalho, ninguém trabalha tanto de graça..."

Quanto ao pagamento da crecheira, pela família, houve concordância integral com esta situação. Isto se reflete, por vezes, na dificuldade e insegurança por, parte da família, em decidir colocar seu filho pequeno na creche.

Na tentativa de favorecer o bom relacionamento com as famílias, várias creches têm se esforçado a abrir uma maior participação no seu dia-a-dia, o que tem gerado um outro tipo de dificuldade.

3. As relações centrais do atendimento da criança

Esta atuação nem sempre é vista pelas famílias e pelas pessoas da creche como um canal de dupla mão. Perdendo o caráter de reciprocidade, especificidade e complementação, terminam prevalecendo relações de poder da família sobre a creche e, como é mais comum, da creche sobre a família.

A relação creche - família não se configura como uma relação horizontalista, é um mútuo aprendizado que educa a

criança.

3.1. Relação da crecheira com a família natural

Chamamos de família natural aos pais da criança, para poder distinguir-se da família crecheira. As famílias naturais são, no geral, a própria vizinhança da família crecheira, alojando-se na comunidade pelas mesmas condições, umas com situações mais precárias que outras, com muitos problemas sociais, que perpassam por educação, saúde, moradia, desemprego e outros. Embora pobres, deixar o filho na creche não é uma coisa tão tranquila como se possa imaginar. Existem aquelas mães que deixam seus filhos quase que ao cuidado do destino e existem aquelas que superprotegem e cuidam. Os problemas são as poucas oportunidades que a vida lhes oferece.

Quanto à mãe, ensinada a valorizar a maternidade, ao levar seu filho para a creche, é tomada por sentimentos contraditórios: de culpa e olívio, apreensão e alegria, insegurança de que a criança não vai ser bem atendida. O que as leva a pensar dessa forma:

"Que pena, ele é tão apegado a mim, mas fico descansada em saber que ele ficaria ao cuidado de uma pessoa adulta".

"Sei que ele ficará bem aqui, as minhas condições de alimentá-lo estão bem limitadas, ultimamente ele tem estado doente, motivo que a faz chorar muito"

Muitos desses sentimentos fazem com que as mães estabeleçam recomendações, reclamações e comentários sobre as cre-

cheiras em relação aos cuidados de seus filhos e vice-versa.

Por outro lado, as mães crecheiras experimentam fortes e contraditórios sentimentos diante da idéia que entendem ser a de "substituir" a mãe das crianças, o que prejudica no trabalho junto a estas. A semelhança de condições de funcionamento da creche domiciliar e das famílias usuárias, levam as crecheiras a estabelecerem comparações, o que reforça suas exigências com relação às mães.

"As mães não ajudam..., a criança sai daqui e volta do mesmo jeito..., outras não arrumam bem a bolsa de seu filhos, não mandam roupas suficientes, nem fraldas, sou obrigada a usar as roupas de meus filhos"

"Muitas mães devolvem a roupa do mesmo jeito que mandamos para casa pelo fato de estarem sujas, além de cuidarmos, pensam que temos que lavar as roupas de suas crianças"...

"Essas crianças não gostam de verdura nem frutas, em muitos casos, quando comem, elas ficam com diarreia, depois as mães reclamam: "... meu filho veio bem, agora está doente..."

Estes sentimentos se expressam principalmente por estarem dividindo as responsabilidades de mãe. Sendo assim, a mãe é vista como faltosa, sendo que com a precariedade que a creche é gerida, reforça-se mais este conceito.

As mães crecheiras se percebem necessárias devido à incapacidade atribuída à família pobre de cuidar de suas crianças. Essas famílias, ao chegarem em casa, sentem-se cansadas pelo trabalho forçado a que estão submetidas, (muitas vezes, sem tempo determinado), assumindo um papel sem serem devidamente re-

muneradas.

É claro que as creches domiciliares se posicionam como fechadas, oferecem poucas oportunidades para que estas famílias coloquem seus desejos e preocupações. Contudo as queixas aparecerão nas conversas entre as próprias mães, na vizinhança, em gestos e ações que demonstram insatisfação, desinteresse ou pouca colaboração frente às condutas que a creche toma em relação aos seus filhos. Esta é uma situação que se observa em muitas creches, alimentando os sentimentos de culpa e de desconfiança por parte das famílias.

Além disso, os inevitáveis encontros entre estas e os educadores da creche tornam-se momentos tensos, desgastantes e de pouco entendimento mútuo.

É preciso considerar que a necessidade de aumento da participação dos indivíduos nas instituições sociais, que lhes prestam algum tipo de serviço, especialmente as públicas, têm sido defendidas, nos últimos anos, como reação ao alheamento a que a população foi submetida no trato das grandes questões sociais. Assim como discutir a relação família, creche e a participação dos pais no trabalho nela desenvolvido.

Sendo assim, para se encontrar o aumento do nível de participação das famílias, como parte do planejamento e realização de suas atividades, precisou desenvolver-se um trabalho de preparo, tanto de seus profissionais quanto das famílias, "para que não implique prejuízo de qualidade de atendimento por parte da equipe do projeto, fruto das rivalidades entre as duas instituições - a creche e a família natural - na verdadeira luta que

parecem travar para determinar qual das duas está tendo mais competência em relação à educação das crianças". Oliveira (1992 pg, 145). O objetivo é conscientizar tanto a família como a crecheira que os papéis de cada um só vão se construindo a partir do exercício cotidiano de diálogos.

Em todos os casos, sempre existe um grupo pequeno de mães que são mais participantes e colaboradoras, outras fazem mais críticas, mas é importante lembrar que cada família tem suas particularidades e sua forma própria de se relacionar, incluindo valores culturais.

Lidar com a participação maior das famílias não seria tão difícil se não fosse um fator fundamental inerente a todo trabalho com crianças pequenas: afetividade

3.2. Relação da crecheira com a criança

Existe uma preocupação em oferecer à criança cuidados básicos que lhe faltam em casa.

No caso da creche domiciliar, a mãe crecheira cumpre muito mais a função de babá. Exerce a função de guarda, aquela que vigia, toma conta, oferece cuidados básicos naquelas tarefas naturais, onde a relação mãe/filho é vista do ponto biológico.

Consuante à pesquisa, um dos maiores problemas apresentados é que 60% dessas crianças apresentam desnutrição, verminose, falta de vestuário, o que obriga a equipe da creche a realizar campanhas, palestras (educativas) com objetivos de en-

sinar e incentivar a criança a alimentar-se. Problemas que levam a criança a determinadas expressões:..

"Eu não gosto de chuchu, nem de alface..."

"Minha mãe nunca cozinhou isso..."

"Eu costumo dormir no colo da mamãe..."

"Eu não gosto de dormir à tarde..." São estes comentários que entram em conflitos com as condutas adotadas pela creche, exemplo: dificilmente uma creche terá condições de colocar todas as crianças para dormirem no colo da crecheira, mesmo que as famílias ou crianças solicitarem. O profissional de S.Social, junto ao estagiário, orienta a crecheira a ir gradativamente modificando o hábito da criança, sob orientação de uma pedagoga. Por outro lado, realizamos palestras, algumas feitas em forma de teatro. Assim vão educando-se ambas as famílias, que se acostumam à idéia dos novos hábitos, já que valores culturais estão intrinsicamente enraizados, com o objetivo de cultivar uma relação de confiança e compreensão.

Levando-se em consideração que essas crianças estão em fase de desenvolvimento, que são mais difíceis de enfrentar, como por exemplo a "fase das mordidas", "as brincadeiras sexuais" e outras, levam ao aumento de queixas, que tornam-se menos simpáticas por ambas as partes. Ex: mães queixam-se junto à equipe "meu filho aparece sempre em casa todo mordido, acho que não está sendo bem cuidado". Crecheira: "Não sei o que fazer... esses meninos vão para um canto da casa e ficam praticando sexo." Em entrevistas feitas aos pais dessas crianças e em diálogo com as próprias crianças, vimos que elas viam seus pais praticando se-

xo. Uma das mães das crianças diz que: o pai vem bêbado, obriga-me a fazer sexo gritando, e como a casa é só um cômodo, no qual todos dormimos, a facilidade da criança assistir é maior, e a tendência da criança geralmente é emitir. A solução encontrada foi uma reunião onde o tema foi "educação sexual". Sem citarmos nomes, pedimos aos pais que tivessem mais cuidados.

Nessa disputa afetiva, todos saem perdendo, especialmente a criança "através de mecanismos psicológicos sutis cobra-se à criança o reconhecimento do próprio trabalho, empenho e esforço, esperando-se uma opção afetiva: ou eu ou ela" (Rosemberg (1986)).

Quanto à crecheira, em casa seu tempo é preenchido plenamente pelos afazeres domésticos, pela proteção e cuidado com os filhos e com as crianças das creches, por seu isolamento dos vizinhos e por seu não lazer (...) Porque é no final de semana que ela dedica-se à faxina da casa. Quanto à proteção, ela é maior com a criança da creche, criando em seus filhos e netos um elevado grau de ciúme, que leva a terem comportamentos diferentes (isolamento) ou tentam sempre despertar atenção com qualquer coisa, como: brigas, agressão verbal etc). Algumas dessas situações, como questões financeiras, obrigam as crecheiras a colocar em seus filhos em creches convencionais públicas. A crecheira super protege as crianças da creches em geral, porque algumas delas chegam a ficar angustiadas, medrosas e infelizes. Da mesma forma ela está impedindo o desenvolvimento normal da personalidade da criança tudo isso acontece por medo dos pais, por querer parecer boazinha, assim como lhe é cobrado.

Sabemos que a criança precisa brincar, correr, experimentar, mexer nas coisas, ter amiguinhos, mas dentro da creche domiciliar é impossível, porque a quebrariam, assim como quebram as coisas da crecheira. Estes fatores levam a constantes reclamações familiares, até mesmo brigas com o marido.

Aqueles pais superprotetores e demasiadamente exigentes dificilmente terão filhos bem equilibrados (Weil, 1971).

Cada criança reage de acordo com a sua natureza.

Segundo as crecheiras, os pais dessas crianças não as respeitam, ficariam chateados e as culpariam sem dissemos que seus filhos estão fazendo sexo. Seus valores são bastante conservadores e pela falta de informação tirariam seus filhos da creche, e esse não é o nosso objetivo.

Além disso, elas encaram problemas como a timidez, o racismo, o ciúme, o medo, a teimosia, a desonestidade da criança da creche, que merecem estudo especial a fim de se saber qual deve ser a atitude dos pais nestes casos, chamados casos - problemas. Na maioria das crianças problemas, segundo as mães são assim os pais também são.

"Mãe: meu filho diz asneiras porque seu padrasto chega bêbado e diz sempre palavrões para ele. Grita e bate nele na maioria das vezes..."

Os efeitos são desastrosos. Segundo nossa observação: diálogo com a criança no cotidiano das nossas visitas, observamos que: Os tímidos por natureza fecham-se dentro de si mesmos, escondendo as mágoas. Os agressivos tornam-se revoltados, tudo por uma imitação inconsciente, que, segundo Weil (1971), essas

crianças, no futuro, serão autoritárias e ditatoriais, prejudicando suas relações futuras. Como exemplifica:

"Bobo!" Grita a criança para o irmão. "Malcriada! Isso não se diz, já lhe disse várias vezes que você não deve usar estas palavras!" responde a mãe que há apenas uma hora tinha tratado a sua amiga de "boba", na frente da criança.

Geralmente a criança que diz palavrões ou que bate nos outros, na maioria das vezes, está inconsciente, imitando o que há de positivo e negativo, sobretudo quando ainda não frequenta a escola. Estes problemas nas creches domiciliares, leva-nos a denominá-los como nem escola, nem casa, fruto de problemas, que citaremos nesse trabalho. Para acrescentar, essas crianças têm acompanhamento pedagógico 1 (uma) vez por semana, que se torna insuficiente na sua formação educacional.

O melhor exemplo é orientador que se evite esses problemas, utilizando uma linguagem e atitudes corretas, principalmente na creche, porque para a família tem sido difícil, pelo pouco grau de instrução apresentado e pela pouca disponibilidade de tempo.

Na creche ela ouve coisas boas. Ela, a criança, chega em casa imitando e repetindo o que ouviu, em geral sem saber a significação real das palavras. Os pais devem ter prestígio e influência sobre o filho, seria tarefa fácil se, a exemplo, insistissem "isto não diz".

Outra, é que algumas crianças apresentam um complexo de inferioridade cultivado pelos próprios pais. "Você é burro... , você não serve para nada", frases que trazem para essas crian-

ças sentimentos de insegurança, assim como o excesso de castigos corporais, que levam-nas a terem atitude de "cão batido". Recomenda-se estimular as crianças dando-lhes pequenas responsabilidades, louvando-as nos acertos ou numa boa ação, evitando as críticas e castigos, para alguns problemas.

O complexo de inferioridade, por sua vez, aumenta a insegurança, desenvolve o medo de não poder ter êxito, enfim, a neurose do Fracasso, que faz com que muitas pessoas adultas não consigam vencer na vida, porque estão convencidas de que nunca serão nada, pois "os outros" estiveram sempre na frente.

Outros problemas sérios são os roubos e mentiras, principalmente das crianças de 4 a 6 anos. As crecheiras não estão sabendo o que fazer. Através da observação, vendo-se a repetição de roubos, principalmente de brinquedos dos filhos da crecheira e alimentos (frutas e bolachas), vimos que algumas crianças cometem tal ato na época em que ainda não têm noção muito clara da propriedade e da moral, bastando, portanto, uma explicação "isto não se faz porque devemos respeitar o que pertence a outrem"

Há outras, porém, que furtam, por insatisfação, porque se acham esquecidas ou sofrem injustiça por parte dos pais ou das crecheiras, neste caso o furto é simples sintoma de complexo de inferioridade; deve-se, portanto, estimular e valorizar essas crianças.

Outra é que a criança furta para dar aos outros.

"Eu queria dar um brinquedo para x" porque ele disse que não tem, a mãe dele não compra..." outro problema é a menti-

ra. Muitas mentem quando na realidade estão convencidas de que estão dizendo a verdade, principalmente as de 3 e 5 anos. Ou mentem para se defenderem, provocadas pelo medo de serem punidas.

Referindo-se ao problema da sexualidade, além de verificar que existe a mentira da cegonha feita pelos pais da criança, a crecheira diz que muitos pais pensam que é condenável responder com a verdade quando a criança pergunta: "Como foi que eu nasci?... De onde eu vim?...", mentiras que levam as crianças imaginarem coisas completamente erradas.

Crecheiras: "não podemos mais falar neste assunto com os pais, tem que ser segredo"

Tem-se orientado a crecheira a dizer a verdade, fazendo comparações com gatinhos e outros animais que elas compreendem muito bem. Embora a professora e o estagiário passem pela creche, não é suficiente devido ao número de creches existentes e aos poucos profissionais existentes para o atendimento, ficando tudo ao cuidado da crecheira, o que é desgastante e, outra, não possui conhecimentos pedagógicos e psicológicos. Quanto ao problema da masturbação, castigar a criança é arriscar-se a criar problemas tremendos, que podem perseguir-la a vida toda.

Temos que levar em consideração que essas crianças estão sujeitas a receberem valores culturais de suas famílias, as quais muitas são conservadoras e raciais. Este último verifica-se de ambas as partes. A crecheira, quando tem vaga e a criança é de cor, manda para outra que também oferece vaga, porque as famílias vão diretamente falar com elas, depois é que recorrem à

Instituição. Este assunto merece um estudo aprofundado, que sendo que aqui não foi feito.

Segundo Rosember (1986), "A boa crecheira não tem necessidade de qualidade ou de qualificações; ela é aquela que fica, que perdura, aquela que não é tocada pelas transformações sociais, o arcaísmo necessário (...). De todo o modo as crecheiras são obrigadas a reinvestir ideologicamente a vida familiar como boa em si, a valorizar a fibra materna (...)"

Outra é que elas se sentem obrigadas, a dizerem que amam a criança que cuidam. A confusão entre a vida e o trabalho faz com que se sintam sempre em falta por não fazerem o impossível: ficam apenas à disposição das crianças. Tudo o que elas fazem para elas mesmas, só é feito às escondidas, pois constitui uma violação do contrato.

"Este modo clandestino de viver explica seu discurso sobre o amor à criança e sua vocação específica da crecheira, com efeito seus impasses fazem com que se sinta perseguida por seu trabalho, pelas crianças e pelos pais. Esta perseguição algumas vezes se volta contra os pais que passam a ficar sob suspeita de abandonismo valente" (Mazere & Aubert, 1977 p.122-7).

Todas as avaliações nacionais a que tivemos acesso, e grande parte das estrangeiras, apontam que a principal falha na proposta da creche domiciliar é a de desempenhar essencialmente a função de guarda e praticamente não ter condição de assumir a educação da criança.

Assim como afirma Febence (1981, pp.9) "a possibilidade de uma maior assistência nos vários aspectos de educação for-

mal e informal nos menores".

Dentro de algumas vantagens que a creche apresenta, segundo relatórios de David L. Baionousky (6/d, b,12), confirmam, uma regra geralmente aceita: de que para crianças de menor idade o ambiente domiciliar é mais indicado do que a vida 'grupal em ambientes sociais mais amplos. Quer dizer que comparando o crescimento" de dois grupos pré-escolares", um em creches domiciliares e outro em crechesconvencionais que requerem mais tempo de execução para confirmação mais segura, estão demonstrando que, até os 3 anos de idade, as crianças cuidadas nas creches domiciliares apresentam maior velocidade de crescimento, não havendo quase diferença na fase de 3 até 5 anos. Porém na faixa etária de 5 a 7 anos, é que a criança que frequenta a creche convencional cresce em maior velocidade do que o grupo das C. domiciliares.

As creches domiciliares, apresentam vantagens específicas desde que apoiadas por uma rede de creches, estabelecendo-se outro tipo de vínculo empregatício com a crecheira e atendendo de fato as necessidades de guarda e educação da criança.

3.3. Relação da Crecheira com sua família

Um dos maiores problemas encontrados nos filhos das crecheiras, principalmente os de 3 a 12 anos de idade, é o "ciúme". Este, muitas vezes dificulta todo o seu trabalho. Os filhos se sentem traídos pelos próprios pais, que repentinamente passam a dar seu carinho em maior porcentagem a várias crianças, por

eles consideradas estranhas. Sabemos que todo o diferente em qualquer grupo perturba.

Este ciúme gera constantes brigas entre as crianças, todas elas querem atenção, porque a criança da creche vê a crecheira como uma mãe substituta. A crecheira não dá conta de atender a todas elas. Como ela considera a creche um emprego, há a preferência de colocar seus filhos em creches convencionais como solução desses pequenos problemas, criando, dessa forma, revolta na criança (filho).

Em outros casos, ela manda seus filhos, aqueles, "os mais ciumentos", a viverem com a sogra ou com sua mãe (avós).

O trabalho dentro do lar duplica ou triplica, e algumas crecheiras passam a apresentar-se stressadas. O pouco espaço, principalmente nos dias chuvosos, leva as crianças a ficarem dentro de casa e com este fato a crecheira é obrigada a pedir ajuda a seus filhos, aqueles na faixa etária de 9 a 15 anos, para os seus afazeres domésticos; eles passam a cuidar dos menores de 0 a 3 anos, lavar louça e cuidar da casa. Outro problema se dá pelo fato das crecheiras, devido a idade ou por alguma doença, não aguentarem o "pique" das crianças, que corre, chora, queixa-se, etc. E como se, de repente, aos 40 anos, nascessem 10 ou 15 crianças. Não é como uma creche convencional, onde o número de profissionais é maior e o trabalho é dividido racionalmente, uns cozinham, outros cuidam e educam a criança.

As reclamações dos filhos da crecheira são enormes, desde o cansaço, a quebra de seus brinquedos e outros pertences, assim como o uso de suas roupas. Segundo crecheiras, elas têm

demonstrado um fraco interesse pelos afazeres escolares, reclamam que não têm tempo, dizem que farão na escola, porque lá é mais sossegado.

Dentro deste contexto, as crianças escolhem a escola, a casa do vizinho ou a rua como seu lar. Segundo elas, "a bagunça aumentou", "elas fazem o que querem e a mãe não diz nada". E da crecheira é comum ouvirmos: "Não sei o que há com o meu filho (ou a minha filha)... está tornando-se tão esquisito, tão diferente, está muito sossegado e quase não fala comigo.

Este "tão diferente" pode traduzir-se de várias maneiras: a criança não obedece mais e se torna rebelde, ou, então, não fala mais com ninguém e chega tarde em casa.

Aconselhamos que, nesta época, os pais devem mudar de atitude e cada vez mais se tornarem colegas dos filhos. Pela super-proteção às crianças da creche, fruto de cobrança a crecheiras "tem que ser boazinha", como citamos anteriormente, ela esquece que seu filho, frente a essas circunstâncias, precisa muito mais de sua atenção em relação a outras crianças, principalmente as crianças de 9 a 15 anos. Nessa fase os pais têm de ser amigos, prontos a receberem as confidências a fim de poderem orientá-los melhor para um bom caminho, evitar os conflitos prontos a explodirem em período tão difícil, no qual o adolescente só quer liberdade, pensando que é vítima de injustiça, deixando muitas vezes seus pais desorientados.

Outros problemas são as constantes reclamações de seu marido que ao chegar em casa lá pelas 7 hs, ainda encontra crianças, pior ainda é quando os pais não vão pegar seus filhos.

Há casos em os pais não pegam seus filhos, entram num acordo com a crecheira, não aparecem nem para visitá-los. Essas crianças, que geralmente são filhas de mães solteiras, que vivem da prostituição, passam a ver a crecheira como mãe. A crecheira ganha afetividade e pensa em adotar a criança como filha, só que exposto o caso à equipe, não é aceito, há casos que chegam a ser levados ao Tribunal de menores. Há casos, também, em que a mãe da criança aceita dar o filho, a família dela não aceita; a crecheira quer adotar e o marido não quer, é um círculo de brigas, só o tribunal de menores apresenta uma solução.

Segundo o marido da crecheira: "dessa forma não dá, é melhor fechamos a creche, e os nossos filhos? ... já temos problemas demais".

As crecheiras, que querem lutar contra isso, arriscam não somente a perder a amizade de seus filhos, mas, ainda, a ganhar verdadeiros inimigos. Todos esses problemas levam a um vai-vém de sentimentos por parte dos pais com os filhos, exemplo disso conta a filha de uma crecheira:

"Papai chega em casa e com a situação encontrada fica muito nervoso; grita com a mamãe que não gosta e responde, fica mal-humorada; chego em casa, vou para o quarto e não encontro a minha boneca, que deixo sempre em cima da cama; pergunto à mamãe, que grita, me deixe em paz, eu choro e vou pedir consolo ao pai, que mostra apenas estar mal humorado.

Junto à equipe multidisciplinar do programa, procura-se formas para solucionar esses problemas de ajustamento familiar. Sabemos que a vida familiar tem influências muito grandes

sobre a educação dos filhos e também sobre a vida profissional; pais desunidos terão muitas vezes filhos instáveis, angustiados e infelizes. Sendo assim, a mãe é vista como faltosa, sendo que a precariedade com que a creche é gerida reforça mais este conceito.

4. Creches domiciliares, nem casa, nem escola

A revolução sócio-cultural que caracteriza nosso tempo tem incitado desconfiança e medo entre as nações, alterando a configuração da vida familiar e abalando os padrões estabelecido de indivíduo, família e sociedade. Seres humanos e relações humanas foram lançados em um estado de turbulência, enquanto a máquina cresce frente à sabedoria do homem sobre si próprio. A redução do espaço e a intimidade forçada, vivendo em culturas em conflito, exigem um novo entendimento, uma nova visão das relações do homem com o homem e do homem com a sociedade.

Como antes citamos, o deslocamento permanente de uma parte da população para o mercado de trabalho coloca novos problemas para se pensar sobre a inclusão do público no privado - referindo-nos aqui de (famílias naturais), que passam a interferir no domicílio de outras famílias (família crecheira).

Pois, hoje, este espaço privado quase que desapareceu, porque toda a sua vida social passou a ser objeto da vigilância de outras famílias e da intervenção Estatal, levando-nos a pensar a creche domiciliar como sendo nem casa, nem escola.

Segundo Arendt (1983), a esfera privada passou a ter importância central na organização social junto à esfera pública, mas vêem-se enfraquecidos em relação à educação e cuidados dos filhos.

Vendo a proposta, ela é extremamente tentadora, mas, vendo as relações, ela apresenta problemas contraditórios. Como lar, desestrutura a família e, como escola, contribui pouco para a formação educacional da criança.

Todos esses problemas da vida cotidiana da família crecheira e seus relacionamentos com outros, leva muita vezes a creche a uma monotonia.

Levando em consideração que algumas crecheiras em seu histórico de vida acarretam problemas, segundo entrevistas vimos que são pessoas que tiveram uma infância e adolescência problemática, ou fugiram de seus lares, fruto de constantes ameaças de seus pais alcoólicos; algumas foram ameaçadas por seus familiares em colocá-las na FEBEM; outras abandonadas, recolhidas e criadas por outras famílias pobres; e algumas já tentaram suicídio. Mas, hoje, elas se acham superadas, têm, aquilo que sempre sonharam, "seus lares".

Para que a crecheira não caia na monotonia, é necessário que não se proíba visitas de amigos e vizinhos. Afinal é um lar, ela não precisa se isolar, é preciso que possa trocar idéias a respeito da política, da profissão, dos problemas familiares, até mesmo da própria creche, a fim de mudar de ambiente e variar o que faz durante a semana. Embora a equipe e a família da criança pensem que dessa forma a crecheira cairá no abandoni-

no, só há necessidade de se incentivar mais a responsabilidade e o cuidado.

É necessário certa tolerância, não cercar a família de uma rede de inimigos, ninguém vive sozinho, aqueles que tentam estão condenados de antemão a se desintegrarem como seres humanos. Estes aspectos da experiência de vida são mais individuais do que sociais.

Outro problema é com o filho da crecheira, como anteriormente citamos, busca a rua, a escola ou a casa do vizinho como seu lar, pelo fato de se sentir invadido e roubado de sua atenção materna. Não só como também passa a fazer parte do trabalho da casa, sendo que seu tempo de lazer e afazeres escolares é escasso, prejudicando-o.

Como entendemos a família ser um todo dentro de uma relação circular, percebemos que, quando um de seus membros apresenta algum tipo de problema, este irá refletir em toda a estrutura familiar, portanto a intervenção não deverá ser feita apenas com o indivíduo, isoladamente, mas dentro de uma compreensão de totalidade envolvendo os demais membros da família.

Para a reestruturação do todo, implica uma intervenção multidisciplinar. Para uma melhor compreensão dos problemas, requer-se a integração do conhecimento de modo a possibilitar que cada problema seja compreendido com eficácia.

Ao intervirmos junto à família, observamos como se davam a comunicação, entre as famílias e a equipe, muitas eram bloqueadas (silêncio prolongado ou isoladas), danificadas (comprometimento do processo de comunicação) e deslocadas (mensagem

interpessoal)).

O serviço social que como função de coordenar este programa busca uma melhora educacional, embora esse trabalho ainda tenha uma prática voltada a um cunho assistencialista, onde os bens são repassados de forma focalística, como se fosse um favor do Estado, bitola a criatividade das famílias. Já sabemos que a clientela do S.Social carece, na sua maioria, de necessidades básicas e, embora se busque uma participação, a ajuda que o Estado dá a Creche é passada sem questionamento.

O Assistente social como mediador do Estado e da população deve ser um profissional com uma visão crítica da realidade, pois no assistencialismo não há controle social. Através de mediações, fomos desvendando os problemas, partindo da aparência para a essência.

Embora se queira fazer uma Assistência Social bem feita, ou seja, levar a essa população uma participação coletiva organizacional na busca de seus direitos como cidadão, está tendo-se resultados muito lentos, pela desinformação a que estas populações estão submetidas.

As dificuldades de acesso aos serviços vêm ampliando a demanda por serviços assistenciais, pela falta de política que oriente as ações das instituições públicas e privadas, e a excessiva centralização e burocratização na conclusão dos programas.

Portanto, nos espaços contraditórios deste Estado, o assistente social deve "movimentar-se", fortalecendo as classes populares para que conquistem, de fato, sua cidadania. Existe um longo caminho a percorrer para que o serviço social assuma seu papel na construção da sociedade mais justa, como pretende. E preciso romper o espaço burocrático das instituições e estabelecer um compromisso real e efetivo com a população com a qual trabalha.

CONCLUSÃO

A experiência de estágio, vivenciada nas creches domiciliares de Florianópolis, contribuiu para o nosso aperfeiçoamento como profissionais em formação, e possibilitou a elaboração deste trabalho, como sistematização da compreensão de questões surgidas em função do período de estágio.

Buscamos atuar de maneira crítica e científica, a fim de conduzir a profissão ao reconhecimento no âmbito das demais profissões, capacitadas e comprometidas com a realidade objetiva. Apesar de sabermos que o projeto, que é alternativo, corre o risco nos últimos anos de ser extinguido. Embora traga vantagens para a criança carente, ao mesmo tempo cria desvantagens na estrutura da família crecheira. É um projeto que não tem uma linha de ação calcada em bases filosófico - teóricas, que venham nortear uma metodologia de ação; assim como estão presentes intenções relacionadas à transformação social, estão presentes também práticas voltadas a um paternalismo e assistencialismo.

O processo funciona em espiral: cada volta amplia a abrangência da proposta, não se trata de montar um projeto "pacote" e implantá-lo em todos os cantos. A proposta é exatamente o inverso: trata-se de ouvir, discutir com, decidir com, cooperar com, o fazer acontecer deverá ser uma expressão da identidade

de cultural. Nesse aspecto, o plural deve ser a regra, feita numa comissão integrada por representantes com nível de decisão das entidades, cuja ação global é fundamental para os objetivos visados.

Para a execução do projeto procurou articular-se uma série de encontros, visitas domiciliares, palestras, reuniões da equipe familiar e crecheiras, entrevistas formais e informais, com o objetivo de acioná-lo a nível de estruturas e instituições; fluxos de relações e canais de informação; participação comunitária; sistematizar e dinamizar os encontros com mãe e crecheiras; envolver pessoas na identificação, delimitação e conscientização dos seus problemas da comunidade junto à sociedade; dar continuidade sistemática à capacitação crecheira; engajar as diversas áreas envolvidas, visando trabalhar a realidade como totalidade dinâmica e que requer ações interdisciplinares.

Através da equipe interdisciplinar procurou definir-se um marco teórico conceitual, no sentido de trabalhar com embasamento teórico, bem como criticar e propor novos rumos para a ação.

Capacitar os profissionais, no sentido de dialogar, é discutir as ações; fortalecendo, assim, a ocorrência das questões relevantes, como a questão da crecheira educadora e da participação das famílias, desde seu momento de decisão e planejamento das famílias até a execução das atividades. Este processo é uma luta, porque trata-se de uma população carente, analfabeta, sem espírito participativo.

Para propiciar efetiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, há necessidade das creches domiciliares se transformarem em instituições realmente promotoras de desenvolvimento infantil.

De acordo com as questões surgidas durante a elaboração de nosso trabalho de conclusão de curso, apresentamos as seguintes sugestões:

- Que se propicie um espaço de reflexão individual e coletivo entre os funcionários, abordando os aspectos do desenvolvimento deste trabalho, para repensar a concepção de participação voltada para as reais necessidades de nossa clientela.
- Que outras estagiárias deem continuidade juntamente com o profissional de Serviço Social ao trabalho desenvolvido, considerando os resultados obtidos em nossa pesquisa para dinamizar a participação.

Propomos, ainda, durante a prática cotidiana, constantes avaliações do trabalho realizado, como maneira de compreender os significados atribuídos à participação, e assim buscar a coerência da prática com objetivos teoricamente determinados no projeto profissional.

Prosseguindo nas considerações sobre as características do materialismo dialético apontam à luta dos contrários. Expressam que o dialético sabe que ali, onde estão as contradições, as mudanças são possíveis, a luta dos contrários é que faz surgir algo novo. O choque dos contrários é o motor que provoca a

mudança. As contradições próprias da dinâmica social levam a comunidade a assumir historicamente algumas diferentes e conflitantes tendências, essas se expressam a partir de conjunturas sociais determinadas. Marx (1982)

O povo precisa tomar consciência de seus direitos para juntos pressionarem os governos nas resoluções de planos. E essa tomada de consciência perpassa por um grande investimento educacional, mais precisamente uma educação política, porque a política social surge da articulação entre a sociedade civil e o Estado, e o Assistente Social precisa conhecê-la numa perspectiva crítica. Sabemos que não se transforma uma sociedade com indiferença, é necessário a formação da pessoa e a formação para a participação social.

"É urgente partir sem medo, sem
demora

Para onde nascem os sonhos e buscar
novas artes de esculpir a vida

(Armando Artus, poeta
Moçambicano/Africa)

BIBLIOGRAFIA

1. ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
2. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante 5. edição, 1985. S. Paulo Brasil.
3. BRASIL, Ministério da Previdência de A. Social, secretaria de A. Social. Propostas para atendimento as crianças de 0 a 6 anos de idade, 2. ed., Brasília, MPAS/SPR, 1983, 115pp.
4. CORREA, Rossi A.A. Qualidade de vida, Qualidade de Trabalho, Qualidade de Atendimento pública e competitividade. Rev. Adm. púb. Rio de Janeiro, 27(1):113-23, jan/mar: 1993.
5. CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais, volume 16, editora Cortez, S.P. 1991.
6. CAMPOS, Maria Malta, Creches e Pré-escolas no Brasil editora Cortez.

7. CARVALHO, Maria do Carmo B. de. "O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Assistência Social". In: Cartas Populares. n. 09. São Paulo: SINTRAEMFA/CBIA, Janeiro, 1992.
8. FREITAG, Barbara, Política Educacional e Indústria Cultural, S. Paulo editora cortez: autores associados 1989.
9. Falta de educação é a causa da pobreza, Diário Catarinense 20 setembro 1993, pag. 12, mundo.
10. JOBIM, Solange, Educação ou Tutela, edições Loyola S. Paulo, 1988.
11. HADDAD, Lenira, A creche em busca de identidade ed. Loyola.
12. HUYNH, Caotri, Le Concept du développement endogène et centré seul homme. UNESCO, SS-79 conf. 601/3, Paris, 1979.
13. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Lei 8.742 de 07.12.93.
14. MEUR, Cleuza - Creche Domiciliar, Nem casa nem escola, tese de doutoramento, 1983, Florianópolis - CED.

15. MARX, Karl. O Capital (crítica da economia política). Livro primeiro. O processo de produção do capital, 7. ed. S.Paulo Difel 1982.
16. OLIVEIRA, Zilma de Moraes, Creches crianças faz de conta & CIA.
17. OLIVEIRA, Roberto Cardoso, Identidade Etnia e estrutura social. São Paulo, 1976, Biblioteca Fioneira de Ciências Sociais.
18. OLIVEIRA, Heloisa Maria José, Assistência Social: Do Discurso do Estado a Prática do Serviço Social, ed. UFSC, 1989.
19. OLIVEIRA, Juarez, CLT. SARAIVA 91, editora Saraiva, 13. edição 1991.
20. ROSEMBERG, Fúlvia e campos, Creches domiciliares: Argumentos e Falácia. Cadernos de Pesquisa-SP. n. 56 pag. 73-81 fevereiro, 1986.
21. Santa Catarina. Constituição, 1989, constituição do Estado de S.C. Florianópolis. Assembléia Legislativa IDESC, 1989.
22. SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. Vida urbana e gestão da pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.

23. SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. Os direitos dos (des) assistidos sociais. São Paulo: Cortez, 1989.
24. KARSCH, Ursula M. Simon. O Serviço Social na era dos serviços, editora cortez, S.P. 1987.
25. KRAMER Sonia - Com a pré-escola nas mãos, uma alternativa curricular para a educação infantil 1989 ed. Atica S.A. - SP.
26. WEIL, Pierre. Relações humanas, na família e no trabalho, editora vozes, 1971, Petrópolis - R.J.
27. KRAMES Sônia - A política do pré-escola no Brasil e arte do disfarce, editora achiamé, 1984.

ANEXOS

QUESTIONARIO

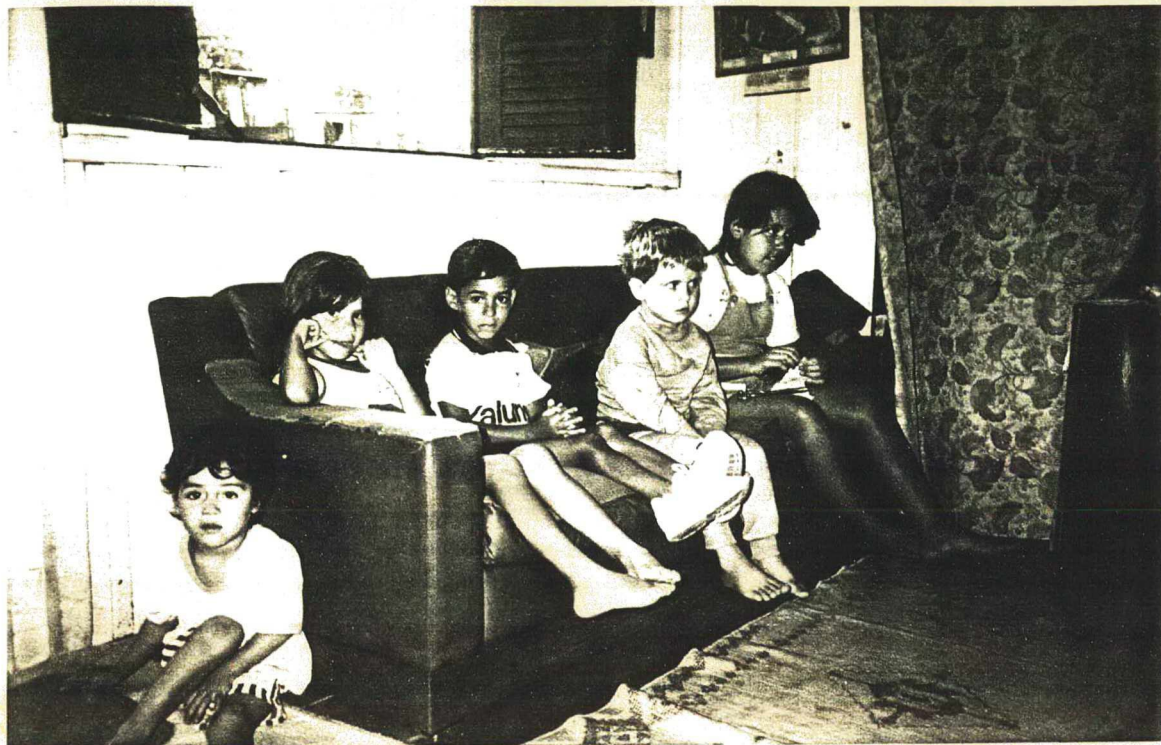
1. Entrevistados
 - Família Crecheira
 - Família Natural
 - Criança/Creche
 - Funcionários
2. Qual o histórico da comunidade e creche?
3. Qual a procedência dessas famílias, situação sócio, econômica, política e cultural?
4. Quantas crianças desta faixa etária existem nessas comunidades e que tipo de atendimento lhes são prestadas?
5. Como surgiu a creche e porquê surgiu.
6. Quais os benefícios que a creche traz a comunidade.
7. O que é uma creche para as famílias e funcionários?
8. Qual o papel da crecheira?
9. O que motiva a uma senhora da Comunidade a ser Crecheira?
10. A família é quem paga o serviço da crecheira, o que você acha disso?
11. Como você se relaciona com a creche?
12. Desde que seu filho entrou para creche a senhora notou alguma mudança no seu comportamento, sim/não, porquê?

13. Com o filho na creche sua vida melhorou em que aspecto?
14. O que você acha que deve ser feito para que essa creche tenha futura.
15. O que seus filhos estão achando da senhora ter aberto a creche domiciliar, tem reparado alguma mudança em seu comportamento.

ANEXOS 1 ILUSTRAÇÕES

FOTO





Filha de crecheira cuidando de crianças



Crecheira no
seu cotidiano

ANEXO 2 - RELATORIO SEGUIDO DE ENTREVISTAS

Data 30/03/94

Local: creches domiciliares da comunidade coqueiros

Seguindo a rotina da prática de estágio com visitas as creches domiciliares de Florianópolis, que atende crianças dos 0 aos 6 anos de idade, filhos de pais carentes, foi constatado segundo a crecheira de uma das creches as crianças na idade 5 anos enquanto brincavam escodiam-se para fazer sexo de início ela tentou conversar com as crianças, dentro de sua prática de mãe, na qual elas disseram que estavam namorando como o Papai e a mamãe a noite mas verificar que elas depois de alertadas continuavam. Numa das visitas rotineiras para verificar o andamento e dificuldades encontradas na creche a crecheira A.P achou conveniente contar-me o que ocorrera embora envergonhada por ser uma senhora de idade (46) anos com uma educação conservadora, em expor o assunto de uma forma natural. Perguntei se ela já tivera conversado com os pais das crianças? Ela respondera que os pais não iriam entender e que bateriam em seus filhos

Dia seguinte o problema foi por mim levado as A.S do C domiciliares que supervisionam o estágio para uma averiguação do problema. Como achou-se um problema delicado e que já havia an-

tecendentes, o problema foi levado a equipe multidisciplinar das creches, formada por A.S, pedagogos, nutricionistas, estagiárias de odontologia e Médico, que se reúnem todas as segundas feiras, onde chegou-se a conclusão que o assunto deveria ser discutido numa das reuniões de pais que são realizadas mensalmente, sem expor aos pais das crianças. Outras acharam conveniente conversar com pais a sós e que se fosse feita uma visita domiciliar a casa do pais.

Optou-se em fazer um reunião com os pais e crecheiras e levando um psicologo do PAM do JNPS para reunião, expondo o assunto em geral como sendo um alerta e outra que a estagiaria de S.S. fizesse uma visita domiciliar as familias.

No dia 8 de abril visitei as casas da pequena AB. que situava-se numa favela próxima a via expressa em coqueiros. A visita foi feita numa entrevista não estruturada baseando-me em dialógar sem roteiro. No inicio dignei-me a observar e conversando ao mesmo tempo. A visita foi avisada pela crecheira que a A.S iria aparecer em sua casa para uma conversa ela aceitou, pois para falariam sobre o andamento das creches, todas as crianças serão visitadas, acrescentou a crecheira. A visita foi feita as 18 horas em que a mãe já regressará de seu trabalho como Empregada doméstica.

A.S. Boa tarde como vai a senhora?

A.P. Eu vou, bem embora um pouco cansada, vamos entrar mas não repare, hoje é sexta feira só no final de semana é que tenho tempo para arrumar.

A.S. Para me justificar, disse passei pela creche e como pedido seu trouxe a sua crianças. A senhora vive com que com seu marido?

A.P. Só que ele sai demanhazinha é só volta de noite e o outro meu filho de 7 anos fica em casa os vizinhos cuidam porque ele vai a escola, de tarde.

A.S. Reparei que a casa só tinha um camado, tinha um banheiro sem cozinha, fora tinha um pequena varanda onde estava o fagão, dentro da casa estava um aramário de cozinha no alto da parede, uma cama, um colção que talvez seria onde os filhos dormiam, uma mesa e duas cadeiras, as coisas estavam arrumadas e limpas.

A.S. Como esta o comportamento de sua filha agora que elas frequenta a creches?

A.P. Ela mudou bastante está com uma carinha mas corada mas forte e a D.A.C (crecheira) é muito atenciosa com ela. Eu chego não tenho muito tempo com ela porque sabe eu já chego cansada.

A.S. E o seu marido conversa, muito com os filhos? A.P. - sabe nê ele também vem cansado?

E verdade ele mesmo já não gosta muito de carinhos e brincadeiras. Os meninos têm medo dele, ele é um cara brabo só assim é que os vizinhos nos respitam, e muito.

A.S. Porquê? A.P. - Porque sabe ele não é o meu marido.

A.S. e com você ele é carinhoso?

A.P. Cá entre nós somos mulheres, sabe como esses homens são só na cama é que ele é carinhoso, quando ele quer fazer amor,

ele é um pouco quando eu não quero ele de noitinha grita comigo me obriga, e eu aceito nê, é meu dever de mulher.

A.S. E os seus filhos não acordam quando ele grita com você?

A.P. Não eles dormem toda noite sem acordar

A.S. Que bom que eles dormem, bom a minha visita é só para conversar um pouco com os pais das nossas crianças, para agente poder conhecer melhor as nossas crianças, para isso nada melhor do que conversar com os próprios pais não acho.

A.P. Acho muito importante porque eu não tenho tempo a minha filha também e vossa.

Durante todo o dialogo ela se manteve avontade me convidou a tomar um chá, mas como estava com pressa disse que não seria preciso se preocupar comigo ficaria para próxima pois tinha que visitar o pai do menino me despedi e fui embora. Só que não encontrei ninguém na casa mas soubemos por uma professora da equipe que o 2. menino é de uma família razoável, e quarto independente.

Depois da visita foi marcada a reunião com os Pais onde o tema foi AIDS. Aproveitamos a oportunidade para falar sobre o relacionamento sexuais dos pais e, que cuidados até com os filhos. Mas segundo a psicologa as crianças nessa idade elas começam a descobrir o sexo e preferem crianças do mesmo sexo como parceiro, para as suas descobertas os pais é que tem que educá-los, colocando, as suas dúvidas com cuidado da má interpretação por parte da criança. E que as crianças que veem os pais a terem um determinado comportamento ela fará o mesmo .

A reunião foi bem polêmica com a participação de quase todos os pais porque as dúvidas eram enormes e verificou-se a necessidade de se realizar outras reuniões onde seria entregue um roteiro com perguntas sobre o assunto, aos pais e crecheiras para uma melhor coordenação da reunião.

RELATORIO DE PRATICA

Nos dias 12/04/93 foram feitas visitas as creches domiciliares no Bairro de Fátimas creche LTDA. Teda, Benta e Bety essas feitas no período vespertino com 2 ou 3 horas de duração.

Essas visitas tem como objetivo identificar com se processam as relações sociais estabelecidas nas creches domiciliares de Florianópolis: creche/família, creche/comunidade. Baseamos nos nas falas das crecheiras e famílias de conversas aleatórias para um primeiro contacto, não seguindo um roteiro, procurei mais ouvir delas e das famílias.

Nos primeiros dias o 1. contacto foi com apresentação e identificar as crecheiras o objetivos do meu trabalho que apartir do momento fora parte de a equipe de trabalho.

Em conversa com a D.T creche pode constatar na sua fala que a creche para ela é também uma forma para se mostrar útil onde ela diz: "vou mostrar a essa vizinhanças a quanto só responsável". Existe também um pequena briga que aparece de vez em quando onde os pais ligam os que os filhos melhores dizem pois as crianças não mentem mais inventam, isso trazendo uma richa entre a crecheira, e as mães saiem prejudicados porque a crecheira não se dispõe a aceitar de nova a criança na creche. Outras são hábitos que as mães dão aos filhos e que devem ser mo-

dificados para um melhora na educação da criança principalmente porque quando pedido a autorização dos pais e eles se negam em colobarar, talvez por não saberem ou por questões económicas.

Outras é que em conversas com as mães reparei que na maioria são mães solteiras, com 3 filhos muitas vezes de pais diferentes e que não assumem os filhos trazendo dificuldades para os criar e uma boa educação por falta de tempo pois trabalham o dia todo e se dispõem de pouco tempo para prestar atenção aos filhos que depois das creches. Depois ao chegar em casa elas quase jogadas pelo cansaço ficam irritadas, ainda têm que lavar a roupa e cuidar da casa. Não só, como muitas delas tem um nível de escolaridade de muito baixa, pois tem consciência que creche é o melhor, o melhor nesse dias elas já tiveram.

As crecheiras por uma questão cultural e religiosa vêem essas mães com algum preconceito pois o papel da família é muito importante e forte nessa sociedade (Brasil) que ainda é muito conservadora.

Quanto o relacionamento das crecheiras com as crianças umas são mais carinhosas, cuidadosas e pacientes, mais achei todas elas dentro do normal embora se deferenciam. Umas demonstram a vontade de criar, algo novo para crianças, dão sugestões para-fu um melhor funcionamento da creche. Outra acha que há possibilidade de aumetnar o n. de crianças para 12 porque a procura é maior e nem sempre as 8 crianças vêem ficando dias com 4 ou 6.

Outro problema, é que elas vêem queixando-se da diminuição dos alimentos onde lhes é dito que o problema é a falta de verba dos governantes que subsediam o Projecto e que esforços

tem sido feito para que o básico não falte, o qual foi entendido elas dizem que hoje metade do que falta elas compram elas saiem perdendo, o que ganham compram alimentação para creche.

Quanto ao aumento de n. de vagas na creche elas dizem que só preciso for se arrumaráo uma ajudante, para aqueles que não conseguiram administrar sozinhas, dizem que seus filhos ajudam.

A mães estão felizes dizem que trabalham sosegadas porque sabem que as crianças estão bem cuidadas e alimentados não andam nas ruas e em casas de vizinhos como muitas antes eram obrigadas. Dizem que seus filhos estão mais fortes, nesta vê-se que a maior preocupação tanto das crecheiras como da família é com a saúde da criança não com a educação.